



# Anais da Assembléia

N.º 75

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 15 DE JUNHO DE 1977.

ANO III

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 110.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1977

QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Lázaro Dumont.

Às 14,00 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Accioly Neto e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, David Federmann, Francisco Escorsin e Otássio Pereira (5).

Verificada a existência de número legal o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

### ORDEM DO DIA

com a presença de 49 Srs. Deputados.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está V. Exa. com a palavra.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, não há quorum para deliberação e nem para o início dos trabalhos. Portanto, requeiro a V. Exa. chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência defere e solicita ao Sr. 1.º Secretário que proceda à chamada para constatação de quorum.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede a chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Há quorum para deliberação. Vinte e oito (28) Srs. Deputados responderam a chamada.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

VOTAÇÃO ÚNICA — da Proposição número 410/77, veto aposto ao Projeto de Lei número 50/76, de autoria do Depu-

do Fidelcino Tolentino, que autoriza o Poder Executivo construir uma ponte sobre o Rio Iguaçu, ligando os Municípios de Capitão Leônidas Marques e dá outras providências. Parecer da C.C.J., pela manutenção do veto por maioria.— Rejeitado o Projeto, mantido o veto.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 14/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem 53/77, ex-Proposição 256/77 - aprova os termos do convênio celebrado com o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Toledo, objetivando execução em próprios Estaduais que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 16, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 14/77.

Levanta-se a sessão.

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 111.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE JUNHO DE 1977.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Rosário Pitelli e Paulo Camargo.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, Erondy Silvério, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Accioly Neto e Wilson Fortes (49); achando-se ausentes os Senhores Deputados Aragão de Mattos Leão, Egon Pudell, David Federmann, Francisco Escorsin e Otássio Pereira (5).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**  
**REQUERIMENTOS**  
**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, ouvido o Plenário da Casa, Regime de Urgência aos seguintes Projetos de Lei de sua autoria:

**PROJETO DE LEI NÚMERO 22/77**

1) Cria a Inspeção de Ensino de Cidade Gaucha, com jurisdição nos Municípios de Cidade Gaucha, Tapira, Nova Olímpia Guaporema e Rondon.

**PROJETO DE LEI NÚMERO 28/77**

2) Cria uma Circunscrição de Trânsito com sede no Município de Cidade Gaucha, abrangendo este e os Municípios de Tapira, Nova Olímpia, Guaporema e Rondon.

(a) WILSON FORTES.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer regime de urgência para a Proposição 351/77 - convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de Paulo Frontin-Pr.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, dispensa de publicação da Redação Final dos seguintes projetos:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO 176/75**, de autoria da COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, ex-Proposição 144/74, que aprova as contas prestadas pelo Governo do Estado, referentes ao exercício financeiro de 1973.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO 08/77** - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, ex-Proposição 116/77 - aprova termos do convênio e termo aditivo, respectivamente, celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Educação e Cultura e o Município de Apucarana, objetivando prestar Assistência Técnica e Financeira, visando melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 11/77** - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem do Poder Executivo 03/77, ex-Proposição 164/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com o Município de COLORADO, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 13/77** - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 14/77, ex-Proposição 175/77, aprova o termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com o Município de Tuneiras do Oeste, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO 16/77** - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem do Poder Executivo 53/77, ex-Proposição 261/77, aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através

da Secretaria da Administração, com o Município de Paissandú, objetivando a execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Dr. Prudente de Moraes, na sede do referido município.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO 17/77** - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, Mensagem 56/77, ex-Proposição 115/77, aprova o termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Andirá, para assistência técnica e financeira ao ensino de 1.º grau.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 63/77** - de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, ex-Proposição 234/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Curitiba, objetivando construção de seis (06) quadras destinadas à prática de desportos.

**PROJETO DE LEI NÚMERO 60/75** - de autoria do Deputado Lineu Turra, que inclui no Plano de Obras do Estado para execução em caráter prioritário, a construção de um prédio de alvenaria com novas salas de aulas, no Colégio Agrícola "GETÚLIO VARGAS", da cidade de Palmeira.

**PROJETO DE LEI NÚMERO 112/75**, de autoria do Deputado Muggiati Filho, que incorpora aos proventos de inatividade dos funcionários aposentados em períodos anteriores a 1970, os benefícios previstos no artigo 140, item III da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970.

**PROJETO DE LEI NÚMERO 156/75** - de autoria do Deputado Fabiano Braga Côrtes, que cria no Município de Telêmaco Borba, o Distrito Administrativo de Imbaú, com divisas constantes da Lei Municipal número 58, de 16 de agosto de 1966.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário da Casa, regime de urgência aos seguintes Projetos de Resolução:

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 03/77** - de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 119/77, aprova os termos Aditivo a convênio e termo de convênio celebrado respectivamente, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Araucária, objetivando dar assistência técnica e financeira ao ensino de 1.º grau.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 10/77** - de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 159/77 - aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Toledo, objetivando articulação entre o Governo Federal, Estadual e Município, na assistência técnica e financeira, visando a melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 21/77** - de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 126/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Campo Mourão, objetivando assistência técnica e financeira à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO número 25/75** - de autoria da

CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 130/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Cornélio Procopio, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 32/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 147/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Maringá, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau.

PROJETO DE RESOLUÇÃO 33/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 148/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Nova Esperança, objetivando assistência técnica e financeira, à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau.

PROJETO DE RESOLUÇÃO 52/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 197/77 — que aprova Acordo Plurianual, celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Medianeira, destinado à implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, conforme especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO 56/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 204/77 — que aprova Acordo Plurianual celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Matelândia, destinado a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados em exercício nas quatro 1.ªs séries do magistério de 1.º grau.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 61/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 48/77, ex-Proposição 232/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Cascavel, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos.

PROJETO DE RESOLUÇÃO 82/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 48/77, ex-Proposição 223/77 — aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Município de Santa Isabel do Ivaí, objetivando transferência de recursos para aplicação na área da Educação e Desportos.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 85/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 48/77, ex-Proposição 231/77, aprova o convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Santo Antônio do Caiuá, objetivando a transferência de recursos para aplicação na área da Educação Física e Desportos.

PROJETO DE RESOLUÇÃO 115/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 153/77, aprova convênio celebrado em 27/09/76, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Ponta Grossa, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira, com vistas à melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 118/77 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem 56/77, ex-Proposição 160/77 — aprova o convênio celebrado em 13

de agosto de 1976, em aditamento ao anterior firmado em data de 12 de agosto de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Toledo, visando a melhoria da rede municipal de ensino de 1.º grau.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 124/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 199/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Palotina, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro primeiras séries de 1.º grau.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 125/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 211/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Assis Chateaubriand, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro séries de 1.º grau.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 126/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 212/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Rolândia, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II, habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do 1.º grau.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 127/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 215/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Matinhos, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro primeiras séries de 1.º grau.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 128/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 218/77, aprova Acordo Plurianual celebrado, pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Guaratuba, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, em exercício do Magistério das quatro primeiras séries do 1.º grau.

PROJETO DE RESOLUÇÃO 129/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 50/77, ex-Proposição 219/77, aprova Acordo Plurianual celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura, com o Município de Califórnia, objetivando a implementação do Projeto LOGOS II — habilitação de professores não titulados, em exercício no Magistério das quatro primeiras séries do 1.º grau.

PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 131/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 40/77, ex-Proposição 295/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, através da CENESP, objetivando assistência técnica e financeira na realização de cursos de aperfeiçoamento e especialização conforme especifica.

PROJETO DE RESOLUÇÃO 132/77 — de autoria da CCJ, Mensagem 44/77, ex-Proposição 298/77 — aprova o convênio celebrado com a interveniência do Governo do Estado do Paraná, entre o Ministério de Educação e Cultura e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Mandaguari, objetivando concessão de Bolsas de Estudos a alunos carentes de recursos Financeiros.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 133/77** — de autoria da CCJ, Mensagem 41/77, ex-Proposição 301/77, aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério de Educação e Cultura, Fundação Nacional de Arte — FUNARTE, objetivando realização do I curso de animador Cultural — **FORMAÇÃO DE MONITORES**.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 172/77** — de autoria da CCJ, Mensagem 56/77, ex-Proposição 118/77, aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Educação e Cultura, com o Município de Araucária, objetivando articulação entre as esferas do Governo da União, Estado e Município, para assistência técnica e financeira à rede municipal de ensino de 1.º grau.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 230/77** — de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 397/77 — aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Pitanga, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino da sede daquele município.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 231/77** — de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 401/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Medianeira, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual Manoel Mandrone, na sede daquele município.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO NÚMERO 232/77** — de autoria da CCJ, Mensagem 68/77, ex-Proposição 406/77, aprova termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Guaiacá, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a Unidade Escolar Sanitária Local.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido a Casa, seja concedido um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido hoje, na cidade de Campo Mourão do ex-prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, perdendo assim, aquele município uma das mais expressivas e autênticas liderança política da região.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) Augusto Carneiro.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o douto Plenário, a inserção na ata da sessão de hoje, de um voto de congratulações à Força Aérea Brasileira, pela comemoração do 46.º aniversário do CAN — **CORREIO AÉREO NACIONAL** — a ser comemorado em data de 12 de junho.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) Erondy Silvério.

#### JUSTIFICATIVA:

No final do semestre do ano de 1931, no Campo dos Afonsos, na cidade do Rio de Janeiro, teve início o sonho profético — **A APLICAÇÃO NOS TRANSPORTES DA AVIAÇÃO MILITAR**.

Temos certeza, foi a solução às dificuldades de transportes que eram imensas na década de 30, época em que imperavam o trem e o navio, meios estes deficientes, senão pela morosidade, como pela pouca extensão das estradas de ferro existentes na época.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência da manifestação do Plenário, à EOEIG, nesta Capital.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações à revista VUP, pela passagem de seu primeiro aniversário de fundação.

Editada na cidade de Castro, a revista VUP representa hoje uma das mais modernas e atualizadas revistas brasileiras, seja pelo seu estilo sério de reportagens, seja pela sua magnífica visão informativa, seja pela sua extraordinária confecção entregue à Kugler Artes Gráficas Ltda.

Seguindo a mais moderna linha de revistas brasileiras, a revista VUP vem recebendo os mais acalorados elogios de tantos quantos têm tido a oportunidade de conhecê-la.

Na passagem de seu primeiro aniversário, é justo que façamos aqui este registro, pois revistas desse gabarito só fazem por engrandecer a nossa imprensa.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) Dácio Leonel.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e na qualidade de Líder da Bancada da ARENA, nesta Casa, indica os nomes dos Deputados Gabriel Sampaio, Erondy Silvério e Dácio Leonel, para comporem a Comissão Especial constituída para apreciar a Emenda Constitucional, proposta pelo Deputado Antônio Facci.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) Luiz Roberto Soares.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, requer a V. Exa. que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Jayme Canet Júnior, no sentido de que determine providências para revestimento da estrada que da BR 277 dá acesso a Teixeira Soares e Ponta Grossa, necessário ao tráfego normal, especialmente em dias de chuvas quando fica impedido totalmente, inclusive o trânsito de ônibus, com sérios transtornos à população, tanto mais pelo fato de ter sido suprimido o tráfego diário da linha ferroviária.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) Lineu Turra.

#### PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei Número 73/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná,

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “**AÇÃO SOCIAL SÃO PEDRO**”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de junho de 1977.

(a) Quielse Crisóstomo.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

A documentação que anexamos ao presente comprovam o que acima afirmamos.

Além das exigências legais, temos a acrescentar, que a "Ação Social São Pedro", fundada em 1964, no bairro de Umbará, nesta Capital, desde a sua fundação vem prestando inestimáveis serviços à coletividade daquele populoso bairro de nossa Capital, no setor beneficente, educativo, cultural e filantrópico, razão pela qual apresentamos o presente plano de lei, que temos certeza, contará com o apoio dos nobres Pares.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 74/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

##### DECRETA:

Art. 1o. — Fica declarada de utilidade pública o "MOVIMENTO PARA LIBERTAÇÃO DE VIDAS" — MOLIVI, com sede e foro na cidade de Maringá.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) Jorge Sato.

#### JUSTIFICATIVA:

O Movimento para Libertação de Vidas, sociedade civil-religiosa, é uma entidade que não visa lucros e tem por finalidade precípua a conscientização contra o uso de drogas e a recuperação de toxicômanos.

Tem sua sede na cidade de Maringá e vem através do seu profícuo trabalho, prestando relevantes serviços à comunidade maringaense e por que não dizer de todo o nosso Estado.

O dossiê que anexamos ao presente, demonstram perfeitamente o grande trabalho que vem sendo realizado, bem como comprovam o preenchimento, através da documentação inserida, dos requisitos essenciais exigidos pela legislação estadual e federal reguladora do instituto da declaração de utilidade pública.

Com isso temos a certeza de contar com o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI NÚMERO 75/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

##### DECRETA:

Art. 1o. — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar JOÃO ANTÔNIO ZEM, um dos estabelecimentos de ensino do Estado.

Art. 2o. — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) Maurício Fruet.

#### JUSTIFICATIVA:

João Antônio Zem, nasceu a 8 de outubro de 1881, na cidade de Padova, norte da Itália.

Aos sete anos de idade, veio ao Brasil, radicando-se, com seus pais, na Colônia Lamenha Pequena, Município de Almirante Tamandaré.

Desde logo demonstrou imensas aptidões. Empreendedor, dinâmico e entusiasta liderou inúmeros movimentos comunitários visando pleitear benefícios para a região nos setores de educação, estradas e saúde pública fatores que levaram o então Interventor Manoel Ribas a nomeá-lo prefeito de Almirante Tamandaré.

Sua gestão foi profícuo: plena de realizações. Posteriormente, foi

eleito vereador no município e, mais tarde candidatou-se a Deputado Estadual, ficando na condição de suplente, apesar de expressiva votação.

João Antônio Zem faleceu em 19 de agosto de 1958 cercado pelo carinho de seus familiares e de inúmeros admiradores.

Era casado com a Sra. Joana Cceps Zem e do feliz consórcio nasceram os seguintes filhos: Maria, Luiz, José, Ângela, Carlos e Hilda.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Manoel. (Ausente).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Buffara, segundo orador inscrito.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O fato que hoje traremos à tribuna, reveste-se de características especiais, eis que pela vez primeira na história do catolicismo, é canonizado um padre da Igreja Redentorista.

E pedimos, seja registrado nos Anais da Casa, já que se trata de um acontecimento auspicioso e raríssimo na atualidade.

Depois de amanhã, Srs. Deputados, dia 19, deverá ocorrer em Roma a canonização de D. João Nepomuceno Neumann, Bispo da Filadélfia. (LÊ):

"O Padre Neumann, como era mais conhecido em Filadélfia, cidade onde passou a maior parte de sua existência, era filho de Filipe e Alice Lebis Neumann.

Nasceu no dia 29 de março de 1811, na pequena cidade de Prachatitz, ao norte de Viena.

Com oito anos de idade começou a frequentar a escola primária em sua cidade natal.

Aos doze anos tendo já concluído o curso primário, transferiu-se para a cidade de Budweis para cursar o ginásio com os padres Piaristas.

Em 1829 começou a estudar filosofia, e, em seguida, com apenas vinte anos de idade entra para o Seminário Diocesano de Budweis, destacando-se especialmente no estudo da teologia, tendo já no primeiro ano, por sua dedicação e aproveitamento, recebido a tonsura e as ordens menores.

Já nessa época o Padre Neumann fazia planos de ir para a América do Norte, onde sabia haver falta de padres.

Após concluir os estudos no seminário, tornou-se um noviço redentorista e seis meses depois parte para a América enfrentando toda a sorte de dificuldades, pois saiu de sua cidade com apenas quarenta dólares que conseguira emprestado.

No dia 01 de junho de 1836, chega a Nova York onde é recebido pelo Bispo D. João Dubois e devido a extrema necessidade de padres foi ordenado na Velha Catedral de São Patrício, tendo no dia 26 do mesmo mês rezado sua primeira missa na Igreja de São Nicolau.

Em 16 de julho de 1836, chega a Williamsville, pequena localidade distante dezesseis quilômetros de Buffalo, onde começa a trabalhar para concluir a construção da igreja.

Surtem, entretanto, as primeiras dificuldades, já que a grande maioria dos habitantes da região pertencia a outra religião dificultando assim a coleta de fundos.

Mesmo assim, conseguiu terminar a igreja e logo em seguida começou a construir uma escola para as crianças da localidade.

Como não havia professores ele mesmo encarregou-se dessa tarefa, se bem que com verdadeiro sacrifício, pois era obrigado a percorrer diariamente seis quilômetros a pé para dar aulas.

No dia 16 de janeiro de 1842, faz os votos religiosos na Congregação do Santíssimo Redentor e torna-se o primeiro padre professor a fazer votos redentoristas em todas as américas.

Em março de 1.844, é nomeado superior da Missão Redentorista e anos após, ou seja, no dia 19 de março de 1.851, recebe das mãos do Arcebispo D. Francis Kenrick a Bula Papal, assinada por Pio IX, nomeando-o oficialmente o quarto Bispo de Filadélfia, tendo sido consagrado no dia 28 do mesmo mês, na Igreja de Santo Afonso.

No mês de abril de 1.855, D. Neumann, funda a Congregação das Irmãs de S. Francisco, sendo ele mesmo o autor da regra.

Em cinco de janeiro de 1.850, com apenas 48 anos de idade, faleceu D. Neumann na cidade de Filadélfia.

Vinte e cinco anos após a sua morte, as autoridades eclesiásticas dos Estados Unidos, em reconhecimento às excepcionais virtudes de D. Neumann, solicitavam à Roma a abertura da causa de beatificação de seu quarto Bispo, o primeiro pedido nesse sentido feito por aquele país.

Finalmente, depois de mais de um século de sua morte, em dezembro de 1.976, foi anunciada a canonização de D. João Nepomuceno Neumann, cuja cerimônia será realizada em Roma, no dia 19 de junho de 1.977.

Esses são, em resumo, os dados biográficos desse notável missionário que durante sua curta existência construiu uma catedral e oitenta igrejas, além de dezenas de escolas e orfanatos e que dedicou toda sua vida em amar a Deus e fazer o bem ao próximo, pregando incansavelmente, administrando os sacramentos, visitando os doentes, ensinando as crianças, ajudando os pobres, virtudes que fizeram com que desempenhasse um papel muito importante na Congregação Redentorista e na Igreja de Cristo.

O Paraná deverá estar presente nas cerimônias de canonização de São João Neumann, nas pessoas de Dom Bernardo José Nolker, Bispo Diocesano de Paranaguá e dos Padres Redentoristas: Padre Patrício, de Curitiba, Padre Ricardo, de Ponta Grossa e Padre Geraldo, de Guaratuba.

Esses emissários de Deus já se encontram em caminho para Roma, a fim de assistirem, depois de amanhã, a canonização de São João Neumann.

Solicitamos, outrossim, que sejam enviadas cópias do presente pronunciamento, à Congregação dos Padres Redentoristas de Paranaguá, às mesmas congregações em Ponta Grossa, à Rua Princesa Izabel, 237 e em Curitiba, na Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, situada no Alto da Glória, caixa postal 1564 e a Dom Bernardo José Nolker, Bispo Diocesano de Paranaguá.

Era só, Sr. Presidente, e pela relevância do fato jamais acontecido, achamos de bom alvitre trazer à tribuna para que os Senhores Deputados entendessem do significado desta notícia. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Alfredo Gulín, inscrito.

O SR. ALFREDO GULÍN — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vamos falar sobre o BRDE, no requerimento que encaminhamos à Mesa: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, e na forma regimental, requer, ouvida a Casa, seja enviado telegrama ou telex ao Sr. Presidente Ernesto Geisel e ao Sr. Ministro da Fazenda, nos termos seguintes:

“A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solicita a Vossa Excelência a adoção de medidas cabíveis para assegurar a permanência em atividade do BRDE — Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, em função dos ótimos resultados da ação desse organismo regional de fomento econômico.”

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1.977.

(a) Alfredo Gulín.

JUSTIFICATIVA:

Estamos seguros de que o Governo Federal apoiará os governos do Paraná e Santa Catarina em favor da permanência do BRDE.

A questão da permanência do Banco, foi reaberta com a tentativa da aplicação da Resolução 394, do Banco Central, sob o argumento de que o BRDE não pode mais funcionar por não se enquadrar nessa resolução.

Ora, Senhores Deputados, a resolução 394, do Banco Central, procura regular fatos econômicos distintos, obrigando os bancos de desenvolvimento não controlados pela União a operarem apenas em seus Estados de origem.

Mas e os bancos especializados, como o Banco do Nordeste, Banco da Amazônia? Eles não estão cumprindo sua tarefa? Por que eles estão a salvo da resolução do Banco Central? Por serem órgãos da União devem continuar, enquanto se pede a extinção do BRDE?

Analisemos o que é o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul. É uma autarquia interestadual, formada pelos três Estados do Sul do Brasil — Rio Grande, Santa Catarina e Paraná. Ele surgiu nos moldes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, que opera a nível nacional; e do Banco do Nordeste do Brasil. Com uma diferença: era uma iniciativa dos Governos Estaduais do Sul, com o apoio da União, que reconhecendo o pioneirismo do BRDE participa dele com um diretor seu, atualmente o Sr. Alfredo Menegheti Filho.

O importante é analisar se o Banco teve uma finalidade útil e se continua a cumpri-la. Isto é pacífico: ninguém nega o enorme apoio que o BRDE deu à economia sulina, para permitir-lhe o passo decisivo no rumo da industrialização.

Pelo seu pioneirismo, o BRDE surgiu antes dos bancos estaduais de desenvolvimento. Mesmo nascidos os bancos locais, nesta década, o Banco Regional continua operando a todo vapor, tanto que possui um total de empréstimos superior ao dos 3 bancos de desenvolvimento dos Estados do Sul reunidos.

Ele representa, na verdade, a alternativa de que o empresariado precisa, quando busca recursos para seu empreendimento. Se, no caso do Paraná, o BADEP opera — e muito bem em sua linha, o BRDE trabalha noutro setor, ambos se reforçando mutuamente.

Um exemplo da ótima atuação do BRDE no Paraná diz respeito ao cooperativismo rural. O Banco aproveitou estudos iniciais e desenvolveu os seus, de forma a montar um eficiente projeto de apoio à expansão das cooperativas.

Financiando máquinas para os associados, armazéns para a produção, equipamentos para a limpeza e classificação dos grãos produzidos. Hoje as cooperativas de produção no Paraná são as melhores unidades de desenvolvimento agrícola mostrando que o dinheiro aplicado pelo BRDE no setor teve amplo retorno social.

Outro ponto a considerar é que um banco de desenvolvimento exerce uma função de alavanca, na busca do dinheiro de fora. Todos sabemos que o dinheiro é um recurso escasso entre nós. Se alguém pega um cruzeiro do Tesouro do Paraná e vai lá fora — no País ou no Exterior — e toma mais de dez cruzeiros para juntar ao dinheiro original, isso revela um poder multiplicador de dez por um. Foi o que o BRDE fez, no último ano.

Nesta altura é claro que apoiamos firmemente o Governador Jayme Canet Júnior, que se manifestou pela permanência do BRDE. E apelamos ao nobre Presidente Ernesto Geisel para que sua excelência mande mudar o regulamento do Banco Central, passando a prever (como nestes últimos 15 anos) a existência de bancos regionais de desenvolvimento controlados pelos próprios Estados, em vez de deixar extinguir sua instituição financeira desta importância.

Senhor Presidente, pedimos que esta Casa — vigilante na defesa dos interesses do Paraná e do Brasil aprove este re-



querimento no sentido de enviar sua manifestação ao Governo Federal, para que o problema seja afastado de uma vez e possamos contar sempre com o nosso BRDE."

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, para falar no Pequeno Expediente.

O SR. JAYME RODRIGUES CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomo à tribuna para ler o seguinte requerimento de nossa autoria e do Sr. Deputado Ernesto Dal'Oglio: (Lê)  
"Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições, depois de ouvido o douto Plenário, requerem a V. Exa., se digne enviar expediente a S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes para que, com urgência, providencie pelo Estado ou juntamente com as Prefeituras de Mariluz e Alto Piquiri, a ponte que liga aqueles municípios, tendo em vista o seu desabamento há mais de sessenta dias e que vem causando graves prejuízos àqueles habitantes.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977

(aa) Jayme Rodrigues Carvalho e Ernesto Gnoato."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Goioerê, Alto Piquiri e Mariluz, estão ligados pelos mesmos sonhos, pelas mesmas produções.

E vem a nossa região sofrendo, durante esses últimos 60 dias, justamente na época de safra, um prejuízo incalculável: desabou a ponte que une Mariluz a Alto Piquiri, sobre o Rio Goioerê.

Promessas têm sido feitas. Ainda agora recebemos a informação que a ponte será construída somente depois de chegar lá o asfalto.

Ora, Sr. Presidente, esse asfalto não chegará àquele local em menos de um ano. Vai demorar.

É tão crucial o problema daquela região produtora de algodão e soja que os fazendeiros apavorados procuraram os prefeitos municipais e demais autoridades dizendo que pagariam, cada um de seu próprio bolso, uma parcela para construção daquela ponte, para resolução daquele problema.

Goioerê é ligado a Alto Piquiri, para que uma pessoa se dirija de Alto Piquiri a Goioerê para vender o seu produto, ou para a procura de um médico, ele tem que dar uma volta incalculável além de ter a obrigação de passar por duas balsas que estão cobrando caríssima passagem pelo rio.

As autoridades não têm tomado providências.

Os produtores de algodão, os fazendeiros, grandes fazendeiros daquela região, têm sido obrigados a venderem os seus produtos em Maringá tendo em vista que não tem passagem pela estrada que une Alto Piquiri, Goioerê, Mariluz, por falta daquela ponte.

Miseravelmente desatendido aquele povo.

Uma ponte pela qual escoar o produto de toda aquela região, há sessenta dias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está desabada.

Sessenta dias sem trânsito forçando o povo a fazer uma verdadeira penitência para cumprir os seus deveres.

Por isto, Sr. Presidente, nós apelamos através do nosso requerimento para o Governo do Estado através de S. Exa. o Sr. Secretário dos Transportes, que atenda aquele povo com urgência no sentido da construção da ponte ou pelo Estado, ou em convênio com as Prefeituras de Mariluz ou Alto Piquiri.

Este é nosso pedido, Sr. Presidente. Este é o nosso pedido, Srs. Deputados. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao eminente Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A cada dia que passa o noticiário da imprensa nacional revela mais e mais desalento à classe eminentemente produtora deste País.

Hoje, "O Estado de São Paulo" traz uma notícia que ontem já sabíamos através da "Voz do Brasil".

Banco Central susta crédito rural.

É de se imaginar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, até que ponto o Governo pretende chegar no super poder, nesta caminhada de destruição das fontes produtoras deste País.

Será que o Governo não sabe através do Ministério da Agricultura?

Será que o Governo não sabe através das Secretarias de Agricultura dos Estados, que o êxodo rural é um dos maiores perigos para este País?

O lavrador que até agora era escravo dos bancos oficiais do Governo, escravizado mais há de continuar, porque retém de suas condições de movimentação, aquilo que lhes restava, o apoio financeiro necessário para que eles pudessem permanecer na terra, produzindo alimentos para 120 milhões de brasileiros.

É de se repetir, na constância dos dias e das vezes que nos aparece a oportunidade de nos manifestar.

Porventura, será o problema deste País, o problema político, ou o problema econômico?

E o que se vê, o que se percebem para a infelicidade de milhões de brasileiros desta Nação grandiosa, é que o Governo se preocupa, preocupa e se violenta até, com o problema político da Nação, político-partidário, e esquece dos problemas essenciais, financeiros e sociais, que assolam os brasileiros.

Oxalá a medida de retorno ao cumprimento deste dever, à classe mais produtiva de uma nação como é o Brasil, venha logo e depressa, porque o lavrador já está iniciando o preparo da terra para o lançamento da semente e, se não reabrir o financiamento esperado o mais tardar até 15 de julho, o êxodo rural que já conseguiu arrancar da terra 45 por cento dos lavradores nestes últimos 10 anos, arrancará certamente o restante dos homens de mãos calejadas que lavram a terra, sujeitando-os a todos os obstáculos previstos e imprevistos, e tratá, naturalmente, para os grandes centros, para aumentar o número de marginalizados, para aumentar o número dos espoliados que percorrem as ruas das grandes metrópoles deste País pedindo pelo amor de Deus um pedaço de pão para saciar a fome.

Que Deus, na plenitude de sua sabedoria divina, ilumine os governantes desta Nação, a fim de que o País não caminhe como vem caminhando tão violentamente, a passos tão largos para o caos, para o desequilíbrio, para a miséria social, sem medidas.

Sabemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que nossas palavras de pouco valem. Que as palavras do parlamentar deste País, no atual instituto democrático, ficam encerradas e enclausuradas sob as quatro paredes do Parlamento, mas entendemos também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que as nossas palavras tornar-se-ão páginas históricas para o futuro e, ai daqueles que não acordem do sono latente que dormem, no instante em que a Nação precisa como nunca, da participação mais efetiva dos seus governantes.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Eu acredito, pelo menos a gente tem acompanhado pelos jornais, talvez o assunto vinculado à agricultura, desde dezembro do ano passado para cá, tenha perdido talvez nas páginas dos jornais, pelo volume de notícias que a gente vê, para o futebol e para as páginas sobre crimes que se cometem. Pois, desde dezembro do ano passado os jornais trazem com insistência, medidas governamentais que eu não digo que sejam referentes

a agricultura, mas contra a agricultura, que é o termo exato.

Primeiro, no final do ano passado, houve o choque do lavrador brasileiro, com a abolição do incentivo para aquisição do fertilizante, por parte do lavrador.

Logo em seguida, a batalha para fixação do preço mínimo, principalmente para o trigo, em que todas as entidades brasileiras nesta área de produção forneceram e tentaram colaborar com os órgãos ligados ao setor de preço, do preço razoável para que o lavrador pudesse ter nesta safra que, infelizmente, devido às condições climáticas, a percentagem de prejuízo já é enorme, num preço razoável, como dizia, e que infelizmente não foram atendidas.

Deu-se, naquela época, 170 cruzeiros; depois, numa espécie de compensação pela fixação dos 7 por cento no confisco para 12 por cento.

Depois, houve a luta do lavrador para uma garantia e uma melhoria do preço do milho, que até hoje, ainda, se considera um preço baixo para a sua produção.

Isso sem dizer da suinocultura, da luta constante dos estados do sul, num preço mínimo, preço suporte, realmente condizente com a necessidade também de produção nesse setor.

Mas, recentemente, o algodão, onde ainda ontem, tive a oportunidade de receber uma série de reclamos referente ao preço do algodão, que não está alcançando nem 60 cruzeiros a arroba, na região citada agora há pouco pelo Deputado Jayme Carvalho, que é a região do Alto Piquiri.

Hoje os jornais trazem mais uma dose desestimuladora à agricultura paranaense e brasileira: a redução de juros, a redução de apoio a esta mesma agricultura.

Recentemente, em Curitiba, o Dr. Paulo Viana, do Ministério da Agricultura, afirmou que todos aqueles que estavam pleiteando ou criticando a extinção ou a manutenção do confisco do soja, cometiam um ato impatriótico.

Sinceramente eu não sei mais o que é ser impatriota, porque no meu entendimento acho que um ato impatriótico são determinadas medidas que fazem com que agricultores brasileiros atravessem o rio, atravessem a fronteira para o Paraguai e lá, no outro País, vão produzir, porque têm mais incentivo, não têm confisco, têm menos impostos para pagar, concorrendo com a produção brasileira.

Não sei também até que ponto — não sou técnico, talvez seja por isso — até que ponto o apoio à agricultura brasileira possa significar aumento de inflação neste País, quando, no meu entender, modesto também, acredito de que quanto maior produção tivermos, quanto maior apoio se der à agricultura, mais nós estaremos combatendo para a diminuição da inflação neste País.

(TÍMPANOS)

O SR. LÁZARO DUMONT — Concluirei, Sr. Presidente.

Então, Sr. Presidente, Srs. Deputados, fica não a voz da agricultura, porque como já disse muitas vezes, não tenho autoridade para falar por ela. Mas, fica a voz deste modesto Deputado que percorre, com tantos outros, esses caminhos do nosso Paraná e sente no semblante daquele homem que tantas vezes chamado foi e que todas as vezes compareceu, prontamente, para dar sua presença, para dar a sua participação quando chamado para o progresso, quando chamado para participar para uma maior produção deste País e, é a esse lavrador, Sr. Presidente, que, lamentavelmente, as notícias chegam de forma tão dolorosa.

Muito obrigado.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em mãos, uma denúncia vinda de funcionários da Secretaria de Educação, sediados no interior que, evidentemente,

nós iremos omitir tanto o nome da cidade, como desses funcionários.

Basicamente, se resume no processo que a Secretaria de Finanças e a Secretaria de Recursos Humanos têm usado para o pagamento dos funcionários da Secretaria de Educação.

Em mãos, uma cópia de uma carta da diretoria ou da Presidência do Banco Bamerindus do Brasil S.A., em que o banco ao reter o crédito dos professores durante 14 dias na sua agência, responde a esse colégio:— “Os prazos para esses pagamentos, são fornecidos através de correspondências pelo Banestado, (cópia anexa) que, por sua vez louva-se nos dispositivos das Resoluções conjuntas números 02 e 04/75 SEFI-SERH, que integram o convênio anteriormente citado.”

E o próprio Bamerindus reconhece — “Destarte, infelizmente ficamos impossibilitados de atender suas justas reivindicações, haja vista, não depender deste Banco quaisquer alterações do sistema vigente.”

Se existe uma determinação legal, vamos, portanto, ver o que é que ela diz; e aqui a resolução conjunta número 04/75, da Secretaria de Finanças e da Secretaria de Recursos Humanos na sua cláusula 07, sub-ítem, diz o seguinte:— “7 — de posse das folhas de pagamento do pessoal do Estado, o Banco do Estado do Paraná S.A., pela sua rede de agências, efetuará o pagamento nos seguintes prazos:

7.2 — No interior do Estado, mediante crédito em conta corrente ou em cheque, até 5 (cinco) dias úteis seguinte à data constante da LCD para o crédito respectivo.”

E fornecida uma fotocópia pelo próprio Bamerindus de correspondência do Banco do Estado, datado do dia 29 de 4 — “CHEQUE NÚMERO 521305 — VALOR Cr\$ 6.199.454,11 (seis milhões, cento e noventa e nove mil, quatrocentos e cinquenta cruzeiros e onze centavos).”

Escalrecendo, entre outras coisas — “Esclarecendo, outrossim, que o pagamento deverá ser efetuado em 10.05.77.”

Portanto, de um lado o próprio Estado estabelece as regras do jogo; de outro lado, o seu agente financeiro deveria ser o encarregado de cumprir essa determinação.

Permite, admite, consente que durante 14 dias haja uma apropriação indébita dos pagamentos dos professores, zeladoras, serventes e funcionários da Secretaria de Educação, permanecendo durante 14 dias em uma agência bancária particular que, embora tendo o desejo de atender a esses funcionários recebe, em contrapartida, uma ordem do próprio Banco do Estado do Paraná, para reter esse cheque durante quatorze dias na sua agência.

Alguma coisa estranha, Srs. Deputados, deve estar acontecendo aí.

Ou o Banco do Estado do Paraná deseja um fortalecimento do único banco paranaense que ainda sobrou no Paraná dos dezesseis bancos paranaenses que aqui estavam, para que possa fazer frente a concorrência dos bancos de todas as partes do Brasil, que aqui drenam os recursos econômicos do Paraná para fora, ou outras coisas acontecem.

Mas, a verdade é que, nesta denúncia que recebemos desses professores, se diz o seguinte: “Pois segundo conseguimos levantar (vide doc. em anexos), dezenas de milhões de cruzeiros, destinados ao pagamento do pessoal do Magistério, são retidos mensalmente, sob a custódia de sobreditas empresas bancárias, por período quase sempre superior a 10 (dez) dias.”

Contrariando a determinação da própria resolução conjunta da Secretaria de Finanças e da Secretaria de Recursos Humanos.

“Enquanto isso, o pessoal da Justiça, merecidamente, recebe seus vencimentos em dia.

De vez que junto às folhas, segue ordem de crédito à agência bancária, o que elimina toda hipótese de retenção do dinheiro, qualquer que seja o mecanismo que se queira engendrar



para tal fim.

Quanto ao Magistério, face sua comprovada fragilidade em termos de representação como classe, o mesmo não ocorre.

Mas, pelo contrário, vem recebendo, ultimamente, de forma violenta e frontal toda sorte de impactos: das mãos do Executivo, mais um manual de deveres que um estatuto, tal o grau de deformidade que nele imprimiram os vetos do Sr. Governador, quase nada representando como instrumento jurídico". E, etc. etc. etc.

Em razão disso, nós encaminhamos à Casa o seguinte requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente requerimento, na melhor forma regimental, requer seja oficiado ao Sr. Secretário de Recursos Humanos e ao Sr. Secretário de Finanças, assim como seja dado conhecimento do teor do essencial desta proposição à Direção dos Bancos do Estado do Paraná S/A e Bamerindus do Brasil S/A., enfatizando a necessidade premente de ser dado cumprimento ao que estatuem as Resoluções Conjuntas 2/75 e 4/75, das Secretarias de Recursos Humanos e Finanças, regulando os prazos de elaboração e processamento das folhas de pagamento dos funcionários do Estado.

Requer o proponente seja cumprido rigorosamente o que estatui a cláusula 7, sub-ítem 2 e sub-ítem 4.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977.

(a) Renato Bernardi.

#### JUSTIFICATIVA:

Temos recebido diversas reclamações de diversos pontos do Estado, segundo as quais o numerário para o pagamento dos funcionários e professores muitas vezes fica vários dias parado em algumas agências bancárias, criando um bom nível de depósito para a agência e, concomitantemente, criando uma situação vexatória para o assalariado que, vivendo, única e exclusivamente, de seu rendimento mensal, de sua regularidade depende para a observância que um orçamento cada vez mais apertado.

Tanto isto é verdade, que nesta Casa tramita o Projeto de Lei 34/77, que cria cargos, fixa vencimentos e estabelece uma nova sistemática no Quadro do Magistério Público do Ensino de 1o. e 2o. graus em obediência à Lei 7/76, Lei Complementar que estabeleceu o Estatuto do Magistério.

Fica evidenciado que não interessa nem ao Estado nem às Direções de Bancos criar uma situação desfavorável aos senhores Professores.

Então, cumpra-se a legislação vigente."

E é evidente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que não há necessidade de se justificar a presente proposição.

Uma agência bancária que fica retendo o dinheiro dos funcionários no valor de seis milhões de cruzeiros, durante quatorze dias, meio mês portanto, a juros bancários de quatro e meio e a quase cinco por cento ao mês, significa que apenas essa agência bancária, com a conivência, com a paternidade do Governo do Estado que aí está, recebe apenas em juros, cerca de duzentos mil cruzeiros em cima das folhas de pagamento das serventes, das zeladoras, dos inspetores de alunos, dos professores suplementaristas e daqueles que de sol a sol procuram trabalhar pelo engrandecimento da educação, do ensino, afinal de contas dos grandes valores da Nação brasileira.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao último orador inscrito, Sr. Deputado Gabriel Sampaio.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Acho que o Deputado Lúcio Machado foi muito otimista em afirmar que as palavras aqui proferidas valem pouco. Eu acho que valem nada.

Mas, como desabafo, têm o seu valor. E é este desabafo

que eu faço, neste instante. Evidentemente que as notícias divulgadas pela imprensa, ontem, das restrições de crédito para a agricultura vieram, no meio de tantas outras medidas, nos dar ainda maior desestímulo, maior desesperança nos dias de amanhã.

Talvez mais grave do que a ignorância dos fatos, do Sr. Ministro Allysso Paulinelli que, há algum tempo atrás, afirmava ao Paraná e ao Brasil, que o agricultor vendesse seu soja, porque ele não teria o preço majorado.

A palavra oficial do Governo, ouvida disciplinadamente pelos agricultores foi motivo de graves e irremediáveis prejuízos.

O soja foi vendido e o preço majorado substancialmente.

Há pouco tempo atrás, jornalistas argüiam o Sr. Ministro da Agricultura sobre o confisco do soja, e ele disse outra vez, que nada aconteceria.

Poucos dias depois, o soja teve confisco cambial, igual ao que já existe hoje para o café.

Mais recentemente, os jornais, as rádios deste País, divulgaram que a agricultura nada sofreria com relação às restrições de crédito ou de financiamento, e hoje, novamente o Sr. Ministro, ignorando os fatos que ocorrem neste País, verifica que o mais atingido será a agricultura.

Não nas minhas palavras mas nas palavras do Ministro Calmon de Sá, da Indústria e Comércio, publicadas nos jornais de hoje, que disse em S. Paulo, ontem, que o maior atingido, o maior prejudicado é a agricultura brasileira.

E eu digo também como disse o Deputado Lázaro Dumont, que não é técnico, mas que tem bom senso como nós todos temos, evidentemente, que está na agricultura, que está na produção, uma das soluções do impasse econômico deste País, e o Governo, provando um desencontro total como dizem mais simplesmente alguns, as famosas distorções setoriais nós, verificamos que nem na alta-esfera dos ministérios, há uma linha comum, há uma linha mestra, a dirigir os destinos e mais do que isso, as decisões deste país.

Eu lamento em nome do agricultor do Paraná, o homem que já não tem somente a geada, a falta de chuva, o preço do fertilizante, da semente, e a dificuldade do lavrar a terra, vem agora mais uma vez, o governo contra o agricultor, contra a produção brasileira, a desfechar mais um golpe fatal, mais um terrível golpe.

Termino, Sr. Presidente, com as palavras de um ilustre congressista que infelizmente, não me ocorre o nome neste instante:

"Prá quem gosta do péssimo, está ótimo."

Era só.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência comunica aos Srs. Deputados que já se encontra no Salão Nobre deste Poder, S. Exa. o Sr. Dr. Luiz Gonzaga Pinto, Secretário dos Negócios da Indústria e Comércio, que após a realização desta sessão, no auditório, pronunciará uma conferência sobre o tema "A Política de Mineração do Estado do Paraná", para a qual convida todos os Srs. Deputados da ARENA e MDB e Imprensa e quem quiser participar dos debates.

No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, inscrito.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo o Grande Expediente de hoje, para trazer os esclarecimentos solicitados pelo nobre Deputado Nilso Sguarezi, a propósito da atuação do Teatro Guaíra, Fundação vinculada à Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Paraná.

Com referência ao pronunciamento no Plenário desta Assembléia, datado do dia 08 do corrente, o referido Deputado Nilso Sguarezi faz uma série de acusações à Fundação Teatro Guaíra que felizmente, para nós paranaenses, não tem, "data venia", fundamento.

01 — Na primeira pergunta endereçada ao Teatro Guaíra, o Deputado indaga: "Qual o custo mensal do Curso de Teatro da Fundação Teatro Guaíra, número de professores, pessoal burocrata e salários?"

R — A resposta fornecida pela referida Fundação é a de que "o Curso Permanente de Teatro conta com o número de 16 professores, 1 coordenador, 1 secretário, 1 inspetor de alunos, perfazendo um total de 19 empregados, dos quais 3 burocratas e 16 professores".

O custo mensal do Curso, incluindo todas as incidências previdenciárias e trabalhistas, orça num valor de Cr\$ 40.578,23.

Pelo exposto evidencia-se que o custo mensal é pago ao pessoal docente burocrata, acima enumerado, que atende de segunda a sábado o total de 55 alunos, distribuídos de forma especificada, não só na parte teórica, como também nas montagens experimentais de espetáculos apresentados por esses mesmos alunos.

Segue-se a indicação e número de professores que acho dispensável fazer a leitura.

Indaga, a seguir, o estimado Deputado:

02 — Quantos alunos se formaram em Teatro no ano passado?

A primeira resposta da Fundação Teatro Guaíra realmente necessitava de uma complementação, porque era lacônica, dizendo que em 76 o Teatro formara apenas três alunos, o que é verdade.

No entanto, é preciso que se esclareça que no ano de 1975 contava o C.P.T. com treze alunos no segundo ano, sendo que apenas quatro matricularam-se no ano de 1976. Não poderia a F.T.G. impedir que esses mesmos alunos deixassem de concluir o seu Curso em consequência de que os demais, alguns por reprovação e outros por desistência, tivessem deixado de matricular-se no ano subsequente.

Salienta-se também o fato do número de interessados em começar a frequentar tal curso, que foi da ordem de trinta e seis selecionados.

Mais uma vez esclarece que nesse período estava o curso funcionando com suas três turmas, cujo montante de cinquenta e cinco alunos, estava recebendo as técnicas necessárias à profissão que escolheram.

Indagava ainda o nobre Deputado:

03 — Quantas professoras foram demitidas do curso no mês de janeiro?

R — No mês de janeiro do corrente ano não foi registrada demissão de nenhum professor do Curso em questão, tendo sido verificada em fevereiro a rescisão de contrato de duas professoras por decisão da Diretoria e Conselho Deliberativo.

O esclarecimento que se faz agora:

"No mês de fevereiro, efetivamente, ocorreu a rescisão de contrato de duas professoras. Rescisões essas motivadas por aspectos técnico-pedagógicos, visto que as mesmas se encontravam incompatibilizadas com a orientação que norteava o desenvolvimento dos trabalhos docentes, estabelecidos em regulamento específico do C.P.T.

Outrossim esclarecemos ainda que a rescisão ora enfocada teve também origem no fato de terem as mesmas apresentado infundada denúncia pública em órgãos da imprensa de nossa Capital, onde não só denegriram o trabalho realizado pela equipe docente da qual as mesmas também faziam parte.

Se houve afastamento de professoras os motivos têm alguma relação com a denúncia pública que fizeram, no mês de dezembro, motivada pela recusa de verba, por parte do Conselho Deliberativo e da Suprintendência, para montagem do espetáculo-prova dos alunos do Curso de Teatro?

Resposta: a) Como anteriormente já afirmamos, a denúncia pública foi o fato culminante da dispensa das citadas professoras, ficando evidenciado, desta forma, que a dispensa de ambas não teve origem, única e exclusivamente, na dita renúncia,

pois, anteriormente a isso já haviam sido advertidas quanto aos seus procedimentos no exercício de suas funções de magistério no C.P.T.

b) Quanto à solicitação de verba para montagem da prova pública, esclarecemos que não houve nenhuma negativa por parte do Conselho e Superintendência, pois, tratando-se de realização envolvendo o nome da F.T.G., todo apoio que se fazia necessário para o evento foi fornecido. Não é necessário fazer-se repasse de dinheiro ao Curso de Teatro, pois trata-se de verba própria da Administração, e ainda, todo material solicitado poderia, como realmente foi, ser utilizado daquele já disponível na casa.

Assim, os cenários utilizados, madeiras de antigos cenários que puderam ser transformados. Os figurinos, de acordo com a professora encarregada dos trajes, achavam-se à disposição, no guarda-roupa mantido pela Fundação, tendo sido reformados conforme necessidade, estando em condições de uso uma semana antes da data marcada para apresentação, sem que as professoras em questão os tivessem utilizados no dia da estréia.

Quanto ao montante da verba solicitada?

Resposta: Quanto ao montante da verba, temos a informar que há um equívoco, pois a Coordenação solicitou apoio técnico e financeiro, no que foi atendida dentro das possibilidades da Fundação.

ESCLARECIMENTOS: Ao dirigir-se ao Diretor-Superintendente, o Coordenador do C.P.T., apresentou um orçamento para montagem do espetáculo-prova, mas tendo em vista dispor a F.T.G. do que havia sido solicitado, não houve necessidade de empenhar-se verba específica para tal, pois se há à disposição materiais e recursos, por que novos gastos com as mesmas finalidades? Todo o pessoal-técnico da Fundação participou da montagem da prova pública, não podendo se afirmar que houve omissão da F.T.G. para o trabalho realizado.

Existem outros casos de demissão de professores por críticas públicas à atual administração do Teatro Guaíra?

Resposta: — Outros casos semelhantes existem, não pela crítica em si, mas pelos danos por ela causados ao trabalho que vem sendo desenvolvido na Fundação Teatro Guaíra, por ser impropriedade de todo.

ESCLARECIMENTOS: — O professor demitido não foi recontratado "segundo comenta-se" no quadro-próprio da F.T.G. para desenvolver essa mesma atividade. Neste ano de 1977, o mesmo prestou serviços para a F.T.G. como Diretor de Teatro, na cidade de Jacarezinho", onde foi montado o espetáculo "Arena Conta Zumbi", pelo conjunto de amadores local, e que será levado a todos os municípios que congregam aquela micro-região".

Este trabalho não exigiu contrato e sim prestação de serviços por tarefas específicas, por tempo determinado. Foi escolhida tal pessoa considerando seu trabalho profissional como Diretor de Teatro julgado pela crítica como um dos melhores de nosso Estado.

Seu curriculum é bastante conhecido pela imprensa e meios teatrais paranaenses.

Indagava na sua pergunta número sete, o Deputado Nilso Sguarez, se funcionários burocráticos da Fundação Teatro Guaíra têm recebido sob a alegação de absoluta necessidade de serviço até 150 horas-extras mensalmente.

A resposta primitiva ficou assim enunciada: A Fundação paga seus empregados quando necessário até o limite de 60 horas-extras mensais, conforme determina a Consolidação das Leis do Trabalho. Em uma ocasião houve necessidade de extrapolar tais limites: na inauguração do Grande Teatro Guaíra quando se exigiu um espetáculo grandioso a ser montado em prazo extremamente curto.

Adite-se ainda a esta resposta o seguinte esclarecimento: ao se responder ao ilustre Deputado, interpretou a Fundação se sua solicitação era ligada ao exercício próximo passado

quando, efetivamente, não houve extrapolação do limite de horas fixado. Porém, considerando-se a hora do serviço datado de 1975, no exercício anterior ao exercício passado, fica esclarecido que a necessidade de pagamento de horas-extras a dois empregados, originou-se do fato de acumulação de três mil e setenta documentos, os quais deveriam ser contabilizados e selecionados para a respectiva Prestação de Contas, perante o Tribunal de Contas, no prazo improrrogável de trinta (30) dias. Tal tarefa, por não ter sido feita em época hábil, originou, inclusive, o afastamento do funcionário responsável pela mesma, tendo sido os dois funcionários citados encarregados da preparação da referida tarefa. Tais documentos, se for de interesse, encontram-se à disposição na F.T.G. para quem queira deles tomar conhecimento.

08. — A Fundação pagou a importância de Cr\$ 4.000,00 (quatro mil cruzeiros) por serviços de datilografia de “textos a serem usados no Curso Permanente de Teatro”?

R. — Pagamento pela confecção de textos: desconhece a Direção da Fundação Teatro Guaíra qualquer pagamento feito ultimamente, referente à datilografia de textos para o Curso Permanente de Teatro, não constando em sua documentação nada dessa natureza.

Esclarecimentos: Mais uma vez, houve interpretação por parte da F.T.G. de que a pergunta refere-se ao ano de 1976, quando já havia uma estrutura básica para o desenvolvimento das mais variadas tarefas.

Quanto a 1975, podemos esclarecer que ainda não havia a dita estrutura, pois diversas vezes tivemos que recorrer aos préstimos de pessoas não contratadas pela F.T.G. para auxiliar nos trabalhos de maior urgência. Salientamos aí, que a datilografia de textos de peças de teatro não é só feita para atender o Curso Permanente de Teatro, mas a todos os grupos amadores do Interior do Estado e da Capital, e que recebem, gratuitamente, material da Fundação do Teatro Guaíra, e ainda como forma de auxílio aos grupos profissionais. Sempre que solicitados, recebem, os mesmos, textos para as suas montagens, já datilografados e mimeografados pela Fundação.

No ano de 1975, forçoso reconhecer, não constava do quadro de pessoal da Fundação do Teatro Guaíra, mecanógrafo contratado.

09 — A pessoa beneficiada, (perguntou o nobre Deputado Nilso Sguarezi) e que assinou o recibo, era datilógrafa habilitada?

R. — A pessoa que assinou o recibo apresentado pelo nobre Deputado é datilógrafa habilitada, de acordo com documento que anexamos ao presente.

10 — É costume no serviço público daquela Fundação, se contratar tal tipo de trabalho?

R. — Atualmente, tendo em vista o apoio que a Fundação Teatro Guaíra recebeu da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura para sua estruturação, não mais se tornou necessário tal tipo de procedimento, porém, como anteriormente informamos, até que a infraestrutura estivesse sólida, necessidade tivemos de colaboração de profissionais das mais diversas especialidades, pagamento esse que não se caracteriza por ilegal, visto haver na Lei número 4.320, que estabelece as normas para a administração pública, sub-elemento de despesa denominado “Serviços de caráter eventual”, dentro da rubrica “Serviços de Terceiros”.

11 — Quanto a Fundação pagou, em cruzeiros, a uma Companhia Argentina por duas apresentações da Ópera “O Matrimônio Secreto”?

R. — A apresentação da Ópera de Câmara “O Matrimônio Secreto” não implicou em qualquer pagamento de produção. O Teatro Colon, de Buenos Aires, colocou o espetáculo gratuitamente à nossa disposição, como trabalho de intercâmbio entre duas entidades oficiais de dois países vizinhos e amigos. Couberam à Fundação Teatro Guaíra somente as despesas de

transporte e estadia.

A realização foi feita a preços populares, facilitando o acesso ao público. Foi uma forma de mostrar à capital paranaense um espetáculo de alto nível artístico e cultural.

12 — Qual foi o “bordereau” resultante destas exibições?

R. — Realmente, não houve lucro financeiro em tal empreendimento, mas, culturalmente, o valor não pode ser medido.

Esclarecimentos: As promoções de caráter cultural jamais poderão ser avaliadas em função de arrecadação de bilheteria, pois o investimento só poderá ser avaliado a longo prazo, como todo o investimento feito para o homem.

13 — Através da Resolução número 43/77 o Conselho Deliberativo da Fundação Teatro Guaíra autorizou o pagamento de Cr\$ 100.000,00 por três apresentações do Grupo de Ballet do Tahiti, no mês de junho. Existe uma previsão de equilíbrio entre despesa e receita. No caso de prejuízo quem arcará com todo o custo do espetáculo?

R. — Quanto à apresentação e pagamento de Cr\$ 100.000,00 ao Grupo “Le Grand Ballet de Tahiti” é realmente verdade. O povo curitibano deve ter oportunidade de assistir espetáculos que são de alto nível e representam a cultura do País amigo. Há possibilidade de retorno financeiro e a Fundação tem estrutura para arcar com a responsabilidade do empreendimento por ser uma empresa”. Esta resposta já constava da que dispõe V. Exa., mas esclarece ainda, agora, o seguinte: “A temporada do “Ballet do Tahiti” empresada pela Fundação Teatro Guaíra originou uma renda igual a 172 mil cruzeiros e 114 centavos, ou seja, um lucro promocional de 72 mil cruzeiros. Lucro esse em benefício das diversas atividades desenvolvidas pela Fundação. Quanto ao preço do ingresso, não foram os mesmos vendidos a 200 cruzeiros, conforme foi apontado, mas aos preços de 80 e 60 cruzeiros, respectivamente. Mais uma vez, cumpre-nos informar ao ilustre Deputado, que os preços dos ingressos no Teatro Guaíra, são estabelecidos pelos empresários que trazem seus contratados aos nossos auditórios, que necessitam cobrir os custos não só dos espetáculos em si, como também do transporte e hospedagem dos mesmos em nossa capital. Sempre que os espetáculos são de responsabilidade total da Fundação, os ingressos são fornecidos a preços populares, estando os mesmos, em Curitiba, sempre abaixo da cotação dos grandes centros, Rio, São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre”.

O Sr. Nilso Sguarezi). — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Tenho em mãos uma informação que a Casa aprovou em 1975, ainda, da própria Fundação Teatro Guaíra, em cujo ofício nos respondia a Superintendência daquela Casa, “que sempre que os espetáculos fossem subsidiados pelo Governo do Estado do Paraná, — consta do item 3º da informação 119/75, — e diz o seguinte: “Sempre que a promoção conta com subsídios do Governo do Estado, os ingressos não excedem a 20 cruzeiros, pois, assim, estamos atendendo ao grande público.” Veja V. Exa., mesmo se admitindo que de 1975 para 1976 deva ter havido um reajuste necessário, de 20 para 80 cruzeiros está num preço bem elevado.

Portanto, quero que V. Exa. note que as informações da Fundação sempre são passíveis de nova interpretação, porque em 1975 nos informava, em 11 de novembro de 1975, nos informava que sempre que a promoção fosse subsidiada, como foi o caso do “Ballet do Tahiti”, que foi a própria Fundação que contratou, diretamente empresou, esse preço deveria ser na ordem de 20 cruzeiros.

Veja V. Exa. que para 80 cruzeiros há um acréscimo de de 4 vezes o preço que a própria Fundação estipulava. Então, parece-me que essa sistemática não vem sendo adotada.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado, eu convidaria V. Exa. para estabelecer o seguinte raciocínio: ou se pretende que a Fundação não tenha prejuízo nas apresentações de espetáculos ali realizados, ou se pretende que a Fundação subsidie espetáculos com elevados prejuízos.

Eu não acredito que haja fora destas alternativas uma outra posição com relação à cobrança dos ingressos para aqueles espetáculos. No caso V. Exa. aponta, é claro que houve em razão da inflação e uma série de outros incidentes, uma natural defasagem no preço. É evidente que o preço cobrado em 1975, não pode ser o mesmo que o preço cobrado um ano depois, por razões as mais variadas.

Mas, no caso específico do "Grand Ballet do Tahiti", tratava-se de um espetáculo de gabarito internacional, que, evidentemente, teria um custo mais elevado.

Mas, ainda, assim, embora a minha avaliação seja subjetiva como a sua, parece-me razoável um preço que varia de 60 a 80 cruzeiros. É muito difícil conferir economicidade a um bem cultural porque, é possível, que em outros centros se pagasse muito mais do que se pagou em Curitiba, para assistir o mesmo espetáculo. Tenho a impressão que se trata de uma aferição subjetiva tanto minha como sua, mas, alguma aferição há de ser feita.

O Sr. Nilso Sguarezi — Concordo com V. Exa. que é uma apreciação subjetiva. Mas, para o pessoal "expert" em teatro como seja, a Superintendência do Teatro Guaíra, há, no mínimo, uma previsibilidade, logicamente, do sucesso ou não da peça a ser apresentada ou do espetáculo artístico, como foi o caso do "Grand Ballet Canadian". Comenta-se, e a imprensa tem divulgado, que a Fundação insentou totalmente a companhia que apresentou o "ballet", e teria arrecadado na ordem de 400 mil cruzeiros.

Então, indaga-se: por que a Fundação empresa um espetáculo duvidoso como seria o "Ballet do Tahiti" e deixa de apresentar o espetáculo grandioso como é o "Ballet Canadian", cuja rentabilidade é segura? Essa é uma indagação e quero esclarecer mais a V. Exa. que, na realidade o que nos têm preocupado, é que os espetáculos que dão lucros, sistematicamente, não são empresados pela Fundação Teatro Guaíra. Eu concordo com V. Exa. que a Fundação Teatro Guaíra tem que ter lucro para se sustentar, porque consta do seu próprio orçamento a arrecadação direta. Mas, por que a Fundação, nos espetáculos de grande promoção, cujo lucro é quase que certeza, ela atribui a companhias particulares? Isentando, inclusive, da taxa? Veja V. Exa. que no Pequeno Auditório, apenas 3 companhias pagaram aluguel. O resto, mais de 50, foram isentadas.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — V. Exa. há de entender que o Teatro Guaíra não tem condições de manipular o mercado de arte, porque, eu não sei se é o caso, mas é bem provável, que o "Grand Ballet Canadian", tivesse contrato com determinado empresário que proibisse tal "Ballet" de se apresentar, a não ser através de contratos feitos pelo seu empresário. É bem provável que tenha ocorrido quando da sua apresentação em Curitiba. É o mercado que, o Teatro Guaíra, nem sempre entra em condições de igualdade com outros empresários, internacionais, e que têm na listagem de seus contratados, grandes companhias como eu presumo ser o caso do "Grand Ballet Canadian", embora confesse a V. Exa. que desconheço se é ou não é exclusiva deste empresário que trouxe o espetáculo aqui, em Curitiba. De qualquer maneira, eu entendo que o Teatro Guaíra deve subsidiar os seus espetáculos; mas, sem que isto implique num prejuízo enorme que acabasse inviabilizando a sua própria existência. Esta a colocação que me parece a mais sensata no que diz respeito à cobrança de ingressos para espetáculos apresentados.

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu concordo com V. Exa. Agora, veja V. Exa. um caso recente e provado, estatisticamente, em Curitiba. É o caso do futebol — diminuiu-se o preço, aumentou o público e as arrecadações não caíram, como se esperava. Então veja aí, o Teatro Guaíra deveria, então, tornar mais acessível ao grande público e, fatalmente, esses grandiosos espetáculos levariam mais gente. Aí estaria, então, o dinheiro público...

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Nobre Deputado. Há, infelizmente, um erro de perspectiva nessa sua apreciação. Lamentavelmente e, eu sou o primeiro a deplorar, mas, lamentavelmente, o público que vai ao Teatro Guaíra, não é o mesmo público que vai a campo de futebol.

O Sr. Nilso Sguarezi — Evidentemente e não pretendi nunca insinuar isso.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Exatamente. Eu acredito que o que regula a lotação do teatro, é a qualidade do espetáculo; não o preço. Parece-me seja o preço um componente desprezível, ...

O Sr. Nilso Sguarezi — Não concordo com V. Exa.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu estou fazendo uma constatação de fato.

(TÍMPANOS).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência lamenta informar o eminente Deputado Luiz Roberto Soares que o Grande Expediente esgotou com a fala de V. Exa. Todavia, V. Exa. pode, regimentalmente, dispor dos 15 minutos atribuídos à Aliança Renovadora Nacional e V. Exa. continuará falando já dentro dos 15 minutos regimentais dedicados ao Partido.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Eu solicitaria ao nobre apartante que me concedesse o privilégio de encerrar e nós poderíamos em outra oportunidade, talvez amanhã mesmo, retomar o tema que me parece um dos mais necessários e dos mais urgentes para ser, racionalmente, debatido.

Mas, quero ainda complementando a minha resposta ao aparte de V. Exa., lembrar que em Curitiba, por exemplo, as peças teatrais de "ballet" que foram subsidiadas pelo Governo e pela Fundação, que são espetáculos de padrão internacional, tanto é assim que hoje se apresentam em Portugal, foram cobrados preços muito módicos — cinco e dez cruzeiros, respectivamente.

Mas, concluindo, indagava V. Exa. na pergunta número 14, se havia um critério de se negar auxílio a grupos locais e se agir com prodigalidade com grupos exóticos vindos do exterior?

Adita-se à resposta já fornecida pela Fundação — somente os grupos locais são agraciados com auxílios para montagem de seus trabalhos.

O critério adotado é de que o trabalho traga benefícios culturais à população, o que se verifica pela análise dos textos e elencos a serem apresentados. Praticamente todos os grupos paranaenses têm sido beneficiados de alguma forma pela Fundação, e é conveniente que se esclareça que há diferença entre comprar um espetáculo para mostrar-se à população e auxiliar um grupo para montagem de seus trabalhos.

No ano de 1976 a Fundação auxiliou a vinte (20) grupos com um gasto total de Cr\$ 685.500,00 (seiscentos e oitenta e cinco mil e quinhentos cruzeiros) e comprou espetáculos num gasto de Cr\$ 294.488,00 (duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e oitenta e oito cruzeiros) para um total de dezoito (18) apresentações artísticas.

Os números globais fornecidos ao ilustre Deputado não necessitam contextualização sob o ponto de vista de documentos, pois anexamos ao presente cópias de todos os auxílios concedidos no biênio 75/76, aos mais diversos grupos profissionais e amadores não só da Capital, como também do interior. Se há descontentamento entre grupos locais, nós não podemos responsabilizar por tal, visto que a finalidade da F.T.G. é no sentido de lhes dar "auxílio", e não assumir a inteireza de suas realizações.

Não só em termos financeiros a F.T.G. auxilia os grupos, como também, coloca à disposição dos mesmos, todos os recursos financeiros e materiais que lhe são solicitados. (Ex.: confecção de cenários, de guarda-roupas, veículos para o seu deslocamento e transporte de cenários, e ainda técnicos em iluminação e sonoplastia".

Com relação ao Quarteto Guaíra, que é a indagação de V. Exa., eu responderia a V. Exa. que o Quarteto Guaíra, formado experimentalmente e de alto nível artístico dentro dos critérios da Fundação, e se V. Exa. quiser questionar o nível artístico é perfeitamente aceitável porque já disse que a aferição artística tem muito de subjetivo.

"Foi constituído em 01 de abril de 1976 e admitido na Fundação com vínculo empregatício pelo prazo determinado de nove (09) meses. Tal contrato já está terminado, porém o resultado do trabalho foi sua apresentação local em diversos Estados do País, tendo inclusive sido gravado um disco, com excelente aceitação.

O custo anual do Quarteto foi de duzentos (200) mil cruzeiros". Quanto a gastos com passagens, hospedagem e alimentação eu informo a V. Exa. que os mesmos estão enquadrados com as tarifas normais de passagem aérea e permanência de dois (02) dias em hotel de padrão médio para uma série de dois concertos mensais. A despesa com hospedagem redundou em sete mil e cinqüenta cruzeiros, correspondente a cinco apresentações e as passagens aéreas custaram cerca de seis mil cruzeiros.

"A documentação acha-se devidamente contabilizada e aprovada pela inspeção de Controle Externo do Tribunal de Contas, estando à disposição de qualquer auditoria, em qualquer oportunidade. O Quarteto era formado pelos seguintes músicos de renome internacional, que eu deixo de declinar por ser desnecessário".

O Sr. Nilso Sguarezi — Eu gostaria que V. Exa. repetisse quantas apresentações efetuou o Quarteto?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Cinco apresentações.

O Sr. Nilso Sguarezi — Não especifica quantas no Paraná e quantas fora?

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Mas o Teatro Guaíra só tinha responsabilidade de custeio quando apresentados no Paraná. As apresentações do Quarteto Guaíra fora do Paraná não tinham o patrocínio da Fundação e não acarretaram nenhum ônus à Fundação.

"Considerando o nível artístico e profissional do Quarteto Guaíra, a Fundação assumiu o compromisso de um contrato, por tempo determinado, visando a realização de um trabalho no sentido de difundir a música erudita que não encontra aceitação por parte do grande público. Assim, tal Quarteto apresentou uma série de apresentações dentro e fora do Paraná, e também acompanhou no Auditório Bento Munhoz da Rocha Netto, no período de 18 a 24 de setembro de 1976, o Curso "Vamos à música" sob a responsabilidade do maestro Isaac Karabitchewski, que contou com um número elevado de participantes. Esse mesmo Quarteto, participou em agosto passado da "Semana de Cultura", em Foz de Iguaçu.

Tal trabalho justifica a existência de um conjunto dessa natureza em nosso Estado".

Quantas apresentações perguntava V. Exa., realizou até hoje o Quarteto? Quem são seus integrantes e qual o vínculo que possuem com a Fundação?

Eu retifico a resposta que eu dei a pouco a V. Exa. A resposta correta é de que o "Quarteto Guaíra" apresentou-se em dez (10) concertos em nossa Capital no auditório "Salvador de Ferrante" e escolas públicas.

Também acompanhou o curso "Vamos à Música" no Auditório "Bento Munhoz da Rocha Netto". Não podemos precisar o número exato de apresentações em outros Estados, pois lá fora somente levavam o nome do Estado do Paraná, sem ônus para a Fundação. O vínculo empregatício teve a duração de nove (09) meses, tendo sido constituído em 01 de abril de 1976, já não mais existindo em data de hoje.

17 — Existem motoristas contratados pela Fundação, designados para prestarem serviços na Carpintaria do Teatro?

Respondo a V. Exa.:

Quanto a um motorista prestando serviços na Carpintaria,

podemos informar que o empregado em questão através de requerimento assinado, conforme o protocolado sob o número 14/77, de 13/01/77, solicitou fosse transferido para outro setor. Sendo pessoa de confiança e conduta sempre irrepreensível, julgou a Direção que seu pedido deveria ser atendido, tendo sido efetivada alteração de seu contrato de trabalho, sem que nenhum prejuízo viesse o mesmo a sofrer na sua remuneração.

O motorista citado, por contar com mais de 55 anos de idade, solicitou sua transferência de setor, por considerar que seu estado de saúde já não mais permitia o constante deslocamento no trânsito da Capital, alegando desgaste físico e psíquico.

Tal solicitação foi aceita, juntamos ao presente a cópia do requerimento do interessado que também se dispõe a esclarecer verbalmente, se necessário for".

18 — Motoristas da Fundação foram forçados a pedir demissão por terem se recusado a prestar serviços particulares para diretores, fora de horário de expediente e utilizando carros oficiais?

Resposta que passamos a dar:

Desconhece a FTG caso de motorista forçado a demitir-se por questão particular com qualquer dos diretores, e convém salientar que os horários do Teatro Guaíra diferem dos demais órgãos públicos, pois seu trabalho se prolonga até altas horas da noite, inclusive sábados e domingos.

Assim é conveniente que seu pessoal, ao ser admitido concorde em trabalhar, quando necessário, fora do período considerado normal em demais empregos, garantidos todos os seus direitos trabalhistas.

Cita o nobre Deputado em seu comentário que o motorista demitido, foi convidado a reintegrar-se ao quadro da FTG. Somente temos a acrescentar que essa pessoa procurou a Direção do Teatro, solicitando fosse readmitido, tendo sido muito bem recebido, porém, após aceitação do seu reingresso, não mais retornou ao teatro.

Seu pedido de demissão foi fundamentado na argumentação de que obtivera melhor proposta salarial, junto ao Consulado da Polônia.

Eu, para aproveitar os minutos que me restam, resumirei os aspectos mais importantes da sua formulação, é muito louvável, já disse a V. Exa., no sentido de evitar, que alguns atos não compatíveis com o padrão de moralidade pública fossem praticados.

Mas V. Exa. levanta o problema de que o Estatuto do Teatro Guaíra não permite a recondução de seus membros por mais de duas vezes. O Estatuto da Fundação não obriga, dentro de um determinado prazo, a indicação dos sucessores aos mandatos vencidos, "muito embora a administração tenha providenciado a escolha de um nome para suceder o Conselheiro FERNANDO PERNETTA VELLOSO, com tempo e mediante indicação da Secretaria. Isto não ocorreu com urgência, em virtude do dito Conselheiro estar aguardando até agora a indicação do seu sucessor, vindo a desenvolver seu trabalho como profundo conhecedor dos assuntos e legislação pertinentes à Fundação ao seu Conselho Deliberativo, atestado pelos seus companheiros de Colegiado, sendo inclusive advogado lotado na Procuradoria Geral do Estado.

Considerando a situação do caráter técnico-jurídico previsto no Artigo 32, consignado no Estatuto da Fundação, subtende-se que os atos até aqui praticados pelo Egrégio Conselho Deliberativo, com a participação do Conselheiro Fernando Pernetta Velloso, são plenamente legais e válidos.

É necessário lembrar que desse Conselho, além dos demais membros, destaca-se a figura do ilustre representante do Ministério Público, na pessoa do seu Procurador Geral Dr. Guilherme de Albuquerque Maranhão que, evidentemente, jamais compactuaria com qualquer deslize ou omissões que viessem a denegrir os atos de que participa.



Sendo inclusive, de sua competência legal, na qualidade de Procurador, a atribuição de zelar pelas Fundações Estaduais.

Nos últimos 24 meses, perguntava V. Exa., na pergunta 21.

Quais as companhias que tiveram isenção de taxas do teatro e quais as que pagaram e quanto pagaram?

V. Exa. me parece já teve a resposta através de um anexo que acompanhou a resposta primitiva. Todavia, esclareça-se ainda, que: "Considerando a fixação e isenção de taxas nos auditórios "Bento Munhoz da Rocha Netto" e "Salvador de Ferrante", esclarecemos que o critério que norteou tais decisões, fixou-se na qualidade e nível cultural dos espetáculos como também, na forma de auxílio aos grupos locais ainda carentes de amparo.

22 — Qual a importância que a Fundação descontava, "per capita", de seus funcionários para cobrir o contrato coletivo de assistência médica que mantinha até recentemente com a CLISAMA?" É a pergunta 22.

"A Fundação descontava Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) "per capita", desconto esse opcional, e arcava também com Cr\$ 30,00 (trinta cruzeiros) por empregado, que evidentemente tivesse aceito participar de tal benefício".

"Não havia valor fixo mensal contratual estipulado, face a variante de que os empregados podiam inscrever-se ou deixar de participar a qualquer momento como beneficiários dos serviços médico-hospitalares, proporcionados pela empresa em causa".

O total do contrato com a CLISAMA, era a pergunta 23, estava subentendido na resposta anterior.

O contrato rescindido com a CLISAMA, segundo V. Exa. teria ocorrido em razão de uma Diretora ter solicitado um atestado médico não idôneo.

Eu esclareço a V. Exa. que não é verdade. E a própria CLISAMA se dispõe, se necessário, atestar que tal informação não tem nenhum fundamento. E tanto é assim que, quando a Fundação do Teatro Guaíra propôs licitação para contratação de serviços médicos, afinal obtida através desse procedimento administrativo pela Clínica Hauer, a própria CLISAMA participou, tendo porém ofertado preços superiores à Clínica Hauer.

"O Custo Mensal com a Clínica Hauer que é objeto de uma pergunta de V. Exa. é de Cr\$ 12.353,00 (doze mil, trezentos e cinquenta e três cruzeiros)."

"25, pergunta V. Exa. ainda se os funcionários da Fundação continuam pagando parte da despesa".

A resposta é pela negativa. "No atual contrato, a Fundação Teatro Guaíra é responsável pelo pagamento dos serviços em tela".

Perguntava V. Exa. se é necessário para a Fundação manter contrato de assistência médico-hospitalar com empresas privadas, tendo em vista a existência do INPS?"

Como eu conheço o conceito que V. Exa. tem do INPS, eu acreditaria que aceite que o Teatro Guaíra firme contratos com empresas particulares.

Argumenta ainda, o excelentíssimo Senhor Deputado, que a Fundação Teatro Guaíra, teria pago passagem aérea para seu Diretor. Informo a V. Exa., e V. Exa. já conhece esse problema, que em nenhum momento a Fundação pagou com seus recursos viagens para o exterior do seu Superintendente.

A viagem empreendida pelo Sr. Maurício Távora, foi arcada pelo próprio, isto pode ser comprovado a V. Exa. no momento que V. Exa. quiser.

A propósito de "quantas passagens aéreas expediu o Superintendente no ano passado, e as suas especificações".

Eu responderia que a Fundação tem uma relação de todas as passagens especificadas, que eu entregarei a V. Exa. mas que tais passagens expedidas às mais diversas personalidades, evidentemente dizem respeito ao seu "próprio funcionamento para apresentações e como também a artistas locais e "membros da

Diretoria às vezes têm necessidade de se deslocar a outros centros, principalmente à Brasília, para encontro com setores do Ministério da Educação, com o qual se relacionam.

Quanto ao fornecimento de passagens aéreas, concedidas às mais diversas pessoas, esclarecemos que todos os beneficiados pertencem ao meio artístico e que a maioria delas diz respeito a companhias que aqui se apresentaram, a empregados do Teatro: — atores e bailarinos e técnicos que levaram mostra de nosso trabalho em outras capitais.

As passagens dos diretores ligam-se a objeto de serviço, como audiência com o Senhor Ministro da Educação, assinaturas de contratos junto à área federal e de outros Estados, atendimento ao grupo "Teatro de Comédias do Paraná" em excursão pelo Nordeste Brasileiro. No que diz respeito a viagens ao exterior, a despesa decorrente da mesma foi de cunho particular, do Senhor Superintendente, tendo seu afastamento recebido a competente autorização governamental, sem ônus para o Estado.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Mesa informa ao nobre Deputado que o tempo de que dispunha está esgotado, concedendo-lhe dois minutos para terminar.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Gostaria de encerrar, enfatizando que o Teatro Guaíra é efetivamente acessível ao público, pois os dados seguintes demonstram a afluência de espectadores às apresentações.

Em 1975:

Auditório Salvador de Ferrante . . . . .	64.695 pessoas.
Auditório Bento Munhoz da Rocha Netto . . .	171.487 pessoas.
Total . . . . .	236.182 pessoas.

Em 1976:

Auditório Salvador de Ferrante . . . . .	54.742 pessoas.
Auditório Bento Munhoz da Rocha Netto . . .	182.466 pessoas.
Total . . . . .	237.208 pessoas.

Número de apresentações:

Em 1975:

Auditório Salvador de Ferrante . . . . .	266
Auditório Bento Munhoz da Rocha Netto . . . . .	146

Em 1976:

Auditório Salvador de Ferrante . . . . .	293
Auditório Bento Munhoz da Rocha Netto . . . . .	159

O Sr. Nilso Sguarezi — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Gostaria que V. Exa. me informasse se as pessoas são pagantes ou não.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Não disponho de dados, mas posso posteriormente apresentar a V. Exa.

De qualquer maneira me parece que o Teatro Guaíra vem cumprindo com dignidade e com eficiência suas funções. O Sr. Wilson Fortes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Quero, em primeiro lugar, congratular-me com V. Exa. pelos brilhantes esclarecimentos que está trazendo à Casa com relação ao funcionamento da Fundação Teatro Guaíra, cujo nome somente, já dignifica, honra e orgulha o Paraná em todo o País.

Não poderíamos nos omitir neste instante, de nos congratularmos também com a Diretoria da Fundação, Diretoria atuante que vem procurando trazer a Curitiba, espetáculos extraordinários nacionais e internacionais.

Temos observado, ao longo da atual Diretoria, que a Casa está sempre cheia. É um sinal positivo, um sinal de que a Diretoria vem trabalhando bem e V. Exa., de maneira objetiva, esclareceu à Casa e os Srs. Deputados.

Se pagou passagem ou deixou de pagar, é assunto de interesse interno da Diretoria. O importante é que o Teatro está aí honrando o Estado do Paraná. Sua Diretoria está trazendo espetáculos interessantes e grandiosos para o grande povo de Curitiba e do Paraná que está dando todo seu apoio e cooperação.



O SR. LUIZ ROBERTO SOARES — Agradeço o aparte de esclarecimentos do nobre Deputado.

Era só, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência consulta o Deputado Trajano Bastos, se deseja fazer uso do horário destinado a seu Partido.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Desgraçadamente, uma vez mais, neste País, o arbítrio, a prepotência esbofeteadam a dignidade nacional. Mais uma vez este País recebe, estarecido, a notícia de mais uma cassação de mandato popular. E desta vez da forma mais torpe, mais covarde, porque o arbítrio se aliou à delação.

Não tenham dúvidas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a história política deste País haverá de, um dia, remoto que seja, reservar um lugar para o delator Sinval Boaventura.

O sistema que governa este País, louva-se numa prova ilegítima, numa denúncia covarde, para punir um Deputado da Oposição. Fato esse, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que a Nação inteira entende que foi uma crise fabricada pelo sistema. Quem poderia afirmar, de sã consciência, que o delator Sinval Boaventura não tivesse mandado imprimir, num jornal clandestino, para incriminar um colega seu, um co-estaduano seu, e portanto, um adversário político seu?

Não foi o Deputado Marcos Tito o atingido. Foi o Congresso Nacional que foi esbofetado. Foi o Congresso Nacional, uma vez mais, aviltado. Foi o Congresso Nacional, uma vez mais, transformado em sub-poder numa atitude inexplicita e ilegítima do Governo.

E este Governo nem sequer, nem sequer, Srs. Deputados, dá satisfações à opinião pública Nacional, porque fez, o que fez.

É de se estranhar, Srs. Deputados, que o famigerado AI-5, usado tantas vezes contra o Congresso e contra políticos indefesos, não teve ainda a força necessária para acabar de vez com a inflação que desgraça este País.

Por que o AI-5, todo poderoso, com toda sua força, ainda não conseguiu banir a corrupção que enegrece o nome deste País no Exterior?

Pergunto, Srs. Deputados, onde foram parar os processos de corrupção de dois governadores de Estado, neste País?

Onde está a justiça e o equilíbrio deste Governo que usa do arbítrio, da força e da prepotência para gerar crise política neste País, impedindo, dessa forma, a concretização que não é sonho somente da oposição brasileira, mas de toda a Nação, que a Democracia volte a imperar nesta Pátria.

Por que, pergunta-se, o AI-5, todo-poderoso não consegue banir deste País a miséria e a fome?

Por que o AI-5 todo-poderoso não consegue punir as empresas multinacionais que corroem a economia brasileira?

Por que o AI-5 todo-poderoso não consegue apagar das páginas negras da História deste País, a fome e as favelas?

O MDB, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebe mais este bofete, mas não será com isso que os todo-poderosos nos afastarão de nosso caminho. O MDB e as oposições brasileiras têm um compromisso histórico com este País. E haveremos de cumpri-lo.

Haveremos de cumpri-lo muito embora, coloquem à nossa frente obstáculos dessa ordem, mas continuaremos em frente com o nome de Movimento Democrático Brasileiro, ou qualquer outro que venha a ser dado.

Tenho certeza, Sr. Presidente, sem no entanto poder precisar o dia, que um dia esta Nação vai se unir. Vai se unir em torno de um objetivo comum. Objetivo esse que será alcançado, se Deus quiser, muito embora os ditadores do momento não pretendam isso.

Queremos que este País um dia atinja a plenitude democrática. Não queremos uma democracia relativa, queremos a democraciacomoele é na sua essência. Não acreditamos em meio

termo no que se refere à democracia.

Democracia, liberdade são como a honra, Sr. Presidente. Ou se têm ou não se têm.

Não pode haver fórmula mágica que possa criar um novo conceito de democracia porque ela está estruturada naquilo que é mais digno da pessoa humana, na sua alma, na sua formação, na sua inteligência e ninguém ousará dizer que o povo brasileiro, pela sua formação histórica, não anseie por liberdade, por democracia.

LIBERDADE, DEMOCRACIA, que este País hoje não tem. E usam-se episódios desta natureza para se dizer que se pretende...

O Sr. Wilson Fortes — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. TRAJANO BASTOS — Fiquem os ditadores com a democracia relativa. O povo brasileiro quer uma democracia total. O povo brasileiro precisa de melhores dias. O povo brasileiro precisa de liberdade. O povo brasileiro precisa ver resolvidos, os seus problemas mais angustiantes e que, este Governo, ao invés de fabricar crises políticas desta ordem, gaste o seu precioso tempo dando soluções definitivas para os problemas que angustiam o povo brasileiro.

O Sr. Wilson Fortes — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). — Nobre Deputado Trajano Bastos, não pretendemos aqui, fazer um reparo ao pronunciamento inteligente de V. Exa. na tarde de hoje, e nem pretendemos também nos congratular com ele.

Esquece talvez, o nobre Deputado, que nós vivemos uma época diferente, nós vivemos hoje, uma quadra diferente e difícil, daquela dos idos de 1964.

V. Exa. fala em liberdade. V. Exa. hoje, está defendendo a filosofia do Partido da Oposição, na tribuna da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. TRAJANO BASTOS — E acredito que seja a filosofia do Partido que V. Exa. pertence.

O Sr. Wilson Fortes — Se V. Exa. falando o que bem entende nesta Casa de Leis, e se isto não representa liberdade, então não sei o que é liberdade, nobre Deputado! Mas nós vivemos num regime de exceção, após uma Revolução que quase nos levou ao caos. Se este Governo procura por todos os meios encaminhar o Brasil para o seu grande futuro, não tiver autoridade, então isto aqui vai voltar ao que era, antes de 1964.

Sabe V. Exa. que o Deputado Marcos Tito — sinto muito a sua cassação — pronunciou-se da tribuna da Câmara Alta, exteriorizando a filosofia do Partido Comunista. Ora, nobre Deputado! Quando o Deputado Marcos Tito, quando se lançou candidato por Minas Gerais, ele se lançou, dentro desta quadra, dentro desta filosofia, de um País que vive o regime de exceção. Ou nós concordamos com o que aí está, ou nós colocamos o pijama e vamos para casa, dormir, nobre Deputado. Nós temos que lutar com as armas que estão em nossas mãos. É evidente que se o Governo começar a abrir mão, em excesso, isto aqui — como eu já disse — vai voltar ao que era antes de 1964.

Não somos favoráveis ao AI-5, achamos que o Governo dispõe do AI-5, ainda como forma mesmo saneadora, mas, não somos favoráveis ao AI-5. Esperamos que dentro talvez de um breve futuro ele possa ser extinto. Mas se o Governo Federal afrouxar, nobre Deputado, não só talvez com Deputados do MDB, absolutamente, lembro V. Exa. que, Deputados da ARENA também já foram cassados, tanto da Câmara Federal, como aqui da própria Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, não seria possível, nobre Deputado.

Realmente V. Exa., como Líder do Partido da Oposição nesta Casa, não poderia, em hipótese alguma, deixar de se pronunciar na data de hoje, e lastimamos muito a cassação do Deputado Marcos Tito, mas ao mesmo tempo estamos apoiando e com firmeza, a decisão do Governo Federal, que nada mais quer do que o bem do Brasil e do povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. TRAJANO BASTOS — Constató, ilustre Deputado Wilson Fortes, com todo o respeito e admiração que tenho por V. Exa., mas também com tristeza que o conceito de liberdade de V. Exa. é muito relativo.

Como a democracia que pretende o Governo que V. Exa. defende.

Quando V. Exa. fala em Deputados que foram cassados no Paraná, este Estado, desgraçadamente, tem uma figura que até hoje não foi cassada.

Chama-se Haroldo Leon Peres.

O SR. NILSO SGUAREZI — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lamenta informar ao Sr. Deputado que o tempo que lhe é reservado está esgotado e lhe concede, entretanto, 2 minutos para concluir.

O SR. TRAJANO BASTOS — Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. NILSO SGUAREZI — Serei brave. Evidentemente, não posso me conformar com o pensamento do nobre Deputado Wilson Fortes, quando prega que os que não concordarem com o que aí está que ponham o seu pijama e vão para casa.

Eminente Deputado, se todos os que discordam deste Governo tivessem que por o pijama e ir para Casa, de uma coisa eu tenho a certeza, ia faltar muito pijama.

O SR. TRAJANO BASTOS — Tem razão V. Exa., e para concluir...

O SR. OSVALDO MACEDO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Também chamou-me a atenção o aparte do Deputado Wilson Fortes.

E a primeira conclusão a que cheguei é de que o Deputado Wilson Fortes é mais eloquente no silêncio, porque essa afirmativa de que quem não estiver de acordo deve ir para Casa é excessivamente perigosa.

Então, ninguém poderia ter lutado contra o Estado Novo.

Nós temos sempre que concordar com os poderosos no momento.

E creio que se o Deputado Wilson Fortes fizesse política no tempo do Estado Novo, ele também concordaria com o que era um estado de exceção.

Teremos então que concordar com todos os ditadores do momento, porque todos os ditadores querem o bem.

Se ninguém resistir, se ninguém lutar, continuaremos sempre nesta noite escura, e V. Exa. tem liberdade para fazer seu pronunciamento até certo ponto, porque está a critério exclusivo de um único homem cassar ou não lhe cassar o mandato.

Não há democracia e não há liberdade quando a vontade de 110 milhões de brasileiros, adúladores ou não adúladores, está na dependência da vontade de um único homem.

Isso não é democracia, isso não é liberdade.

Faço este aparte a V. Exa., porque não posso concordar com afirmativas de que deva ir para casa.

Não vou para casa.

Vou ficar na Assembléia, vou ficar na rua, lutando e resistindo.

E resistiremos todos.

O SR. TRAJANO BASTOS — Sr. Presidente, para que este Deputado que vos fala, não engrosse o exército de empíjados, V. Exa. me verá sempre aqui Deputado Wilson Fortes, desta tribuna, condenando o arbítrio, a prepotência, o abuso de poder, clamando por democracia e liberdade para este País.

Farei daqui, enquanto aqui puder estar.

Fora continuarei fazendo, sem vestir pijama.

O SR. WILSON FORTES — V. Exa. me permite um aparte?

O SR. TRAJANO BASTOS — Se a Mesa conceder-me a oportu-

nidade de lhe conceder um aparte... porque o tempo já se esgotou.

O SR. WILSON FORTES — Um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência verifica que, está esgotado tempo, dois eminente Deputados do MDB apartearam S. Exa. o Sr. Deputado Líder.

Se o Sr. Deputado Wilson Figueiredo Fortes fori suscito e breve, a Presidência não verá razões para não lhe conceder o aparte.

O SR. WILSON FORTES — Queria apenas esclarecer ao brilhante Líder da Oposição nesta Casa, e ao ilustre Deputado representante de Londrina, Deputado Osvaldo Macedo, que quando falamos em colocar o pijama, referíamos-nos àqueles que não concordam com o regime.

Porque contestar o regime é uma coisa; criticar atitudes do regime, é outra.

O que nós observamos aqui é uma contestação ao regime.

O SR. TRAJANO BASTOS — V. Exa. poderia me definir o que é contestação?

Aonde termina a oposição e começa a contestação?

Estou à espera desta definição não de V. Exa., mas dos poderosos do momento.

O SR. WILSON FORTES — O nobre Deputado fala em ditadura. Não existe ditadura.

O SR. TRAJANO BASTOS — Existe democracia relativa.

O SR. WILSON FORTES — Uma democracia mais rígida, menos rígida, mas ditadura não.

Ou V. Exa. quer que se viva aqui no Brasil os dias que estão vivendo a Argentina, o Uruguai, o Chile, a Bolívia?

O SR. TRAJANO BASTOS — O nome ou apelido fica por conta de V. Exa.

Muito obrigado.— (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência sente-se no dever de registrar, com satisfação, a presença em plenário do Sr. Vereador Olívio Santim, DD. Presidente da Câmara Municipal de Santa Helena, que se faz acompanhar dos Srs. Vereadores Peri Backer Bueno, Harri Rupp e Arno Weisseimer.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 49 Srs. Deputados.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que, ao término desta sessão, o Sr. Secretário da Indústria e Comércio, fará uma exposição sobre a política da mineração no Estado do Paraná, no auditório, para o que convida os Srs. Parlamentares, a imprensa e os interessados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do expediente.

Necessita de apoio.— APOIADO. Irá à C.C.J.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielise Crisóstomo, constante do expediente.

Necessita de apoio.— APOIADO.— Irá à C.C.J.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do expediente.

Necessita de apoio.— APOIADO.— Irá à C.C.J.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Enéas Faria.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, está encaminhado à Mesa, desde a sessão de ontem, requerimento assinado pelo eminente Deputado Deni Schwartz, requerendo preferência para deliberação de outro requerimento também, de S. Exa. e que está à espera de votação nesta Casa.

Esta questão de ordem, fundada no art. 103 e seus §§

do Regimento Interno, solicitando a V. Exa. que, desde já, proporcione a possibilidade de deliberação sobre requerimento inicial do Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência responde questão de ordem do eminente Deputado, todavia, o requerimento de S. Exa., o Deputado Deni Schwartz não pode, absolutamente, sobrestar matéria constante da pauta da Ordem do Dia.

Todavia, será colocado em votação, como preferência, dos apêndices da Ordem do Dia.

A Presidência poderá fornecer a V. Exa. o dispositivo regimental que lhe dá suporte.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, eu gostaria que V. Exa. assim procedesse.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência lê, para conhecimento do Sr. Deputado Enéas Faria, o § único do art. 84, do Regimento Interno.

“Presente a maioria absoluta dos Deputados, dar-se-á início às votações, que obedecerão à seguinte ordem: projetos a serem considerados objeto de deliberação; redações finais; matérias constantes da Ordem do Dia; requerimentos escritos que dependam de discussão ou de votação”.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência conclui e voltará a lhe conferir o direito de falar em questão de ordem.

Não só norma regimental mas praxe que esta seja a ordem na colocação da matéria, a discussão e votação para deliberação em plenário.

E nessa ordem a Presidência entende como válido o procedimento.

Votada a Ordem do Dia, quando se analisa toda a matéria, na mesma ordem colocada sobre a mesa passará a votar o requerimento, dando preferência solicitada pelo eminente Deputado Deni Schwartz.

Mas a Presidência sabe aonde o eminente Deputado Enéas Faria pretende chegar e não vê razão a Presidência para impedir que V. Exa. tenha atendida a pretensão, de que haja obstaculização da presente sessão, através de expediente regimental, da saída dos Srs. Deputados deste plenário.

Como a Presidência não obteve pronunciamento da outra bancada, a Presidência atende, em questão de ordem que formula V. Exa. e coloca em votação o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz que tem apoio regimental.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. está com a palavra.

O SR. ENÉAS FARIA — Sr. Presidente, preliminarmente, para reavivar a memória, V. Exa. colocou em votação e estando em regime de votação o requerimento do Deputado Deni Schwartz.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência embora entenda estar sobrepondo a uma praxe que regimentalmente nada obsta que a questão de ordem levantada por V. Exa. tenha da Presidência o mesmo entendimento, e colocará em votação o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz.

Todavia, adverte, votada a preferência, a Presidência não terá a mesma posição.

Será o primeiro requerimento a ser objeto de deliberação, votada a Ordem do Dia constante do avulso e distribuído aos Srs. Deputados.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Está V. Exa. com a palavra.

O SR. ENÉAS FARIA — V. Exa. tangenciou, circunscreveu e não saiu do mesmo lugar.

Eu lamento muito.

Para reavivar a questão de ordem fundamenta no art. 103 e seus §§ que estabelece a possibilidade de, por deliberação da Casa se inverter parcial ou totalmente a Ordem do Dia.

Portanto, sendo exceção à regra estabelecida no artigo 84.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência validaria o entendimento de V. Exa. se a preferência versasse sobre qualquer das matérias constantes do avulso, objeto da convocação da presente sessão ordinária.

Todavia, V. Exa. requer a inversão da Ordem do Dia, pretendendo dar preferência à matéria que não consta como objeto principal de convocação da presente sessão.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está V. Exa. com a palavra.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, parece que V. Exa. tendo já dado acolhida ao requerimento que pede preferência, e sabendo-se que pelo Regimento Interno o requerimento da preferência é votado no instante ou quando se prevê a votação da matéria e que não haveria outra alternativa, V. Exa. me parece que está contradizendo o próprio Regimento.

Por outro lado, Sr. Presidente, na forma do art. 144 deverão ser anunciados 24 horas antes os projetos a serem discutidos.

O Regimento fala, no art. 144, realmente em projetos.

Mas, tanto o requerimento se equipara ao projeto como matéria de discussão e votação que, ele não pode ser discutido no dia de sua apresentação, pode ser discutido no dia de sua apresentação. Ele tem que ser apresentado, ele deve ser incluído, anunciado como incluído na Ordem do Dia para ser votado 24 horas depois. O Artigo 88 diz no Regimento Interno:

“A ordem dos trabalhos estabelecida nos artigos antecedentes, só poderá ser alterada - 1.º - no caso de urgência, não estamos tratando disso - 2.º - no caso de adiamento - também não se trata disso.

Mas agora se trata; 3.º - No caso de preferência.

Então V. Exa. colocando o requerimento de preferência em votação, não poderia negar valia à decisão da Casa, se aprovar o requerimento, pois V. Exa. estaria negando a preferência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Deputado Muggiati Filho, V. Exa. veio em socorro à Presidência.

Verifique que a Presidência repete: (Lê novamente o Artigo 88 do Regimento Interno).

“A Ordem dos trabalhos estabelecidas nos artigos antecedentes só poderá ser alterada ou interrompida - 1.º - No caso de urgência.

Verifica a Presidência e solicita que o eminente Deputado confira a matéria constante da Ordem do Dia, distribuída em avulso aos Srs. Deputados, e a matéria em regime de urgência, e portanto, merecendo preferência de votação.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, sinto lamentar que V. Exa. está tergiversando...

O SR. PRESIDENTE — Em absoluto.

O SR. MUGGIATI FILHO — ... porque no caso, a urgência seria aplicável se não houvesse projeto nenhum em matéria sobre a mesa.

Mas como existe projeto em regime de urgência sobre a mesa, este será votado, mas a preferência agora, será votada também.

Se a preferência for assentada, ela vai determinar a inversão regimental da Ordem do Dia, por força do Plenário.

Então V. Exa. veja, que pode existir dez projetos em regime de urgência e ser vetada preferência para um deles.

A preferência no caso, data vênica, Sr. Presidente, lamento discordar de V. Exa., é força maior que a própria urgência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência... (Não falou)

O SR. MUGGIATI FILHO — E V. Exa. que recebeu com a

liberalidade, que aliás, caracteriza a conduta de V. Exa. na mesa, acho que V. Exa. já deferiu, já é matéria vencida, deve deixar, que essa matéria se decida de vez.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência informa, vai colocar em votação como primeira matéria na Ordem do Dia, o requerimento em que solicita preferência de votação, para o requerimento de autoria do Deputado Deni Schwartz.

Todavia, afirmava a Presidência, haveria de atender a ordem preferencial na votação da Ordem do Dia, para os projetos em regime de urgência.

Sobrestando os que não estão em regime de urgência, para em seguida votar o requerimento do Deputado Deni Schwartz, e depois os projetos de lei, da Ordem do Dia que não estão com regime de urgência, votados.

Estará a Presidência atendendo o que dispõe o Regimento Interno.

Em votação o requerimento do Deputado Deni Schwartz, com apoio dos Srs. Deputados, em que requer preferência para sua votação na Ordem do Dia, de acordo com o art. 134, § terceiro, do Regimento Interno, do requerimento de sua autoria, que propõe desagravo às pessoas de Aleomar Baleeiro e outros.— Em votação.

O SR. LUIZ ROBERTO SOARES (Pela ordem) — Sr.

Presidente, requeiro a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Deferida a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. O Sr. 1.º Secretário procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É FEITA A CHAMADA)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Responderam a chamada 42 Srs. Deputados.

A Presidência, respeitosamente, apela aos Srs. Deputados, que por obséquio tomem os seus devidos lugares, para propiciar a conferência do resultado da votação.

Em votação o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz, que requer preferência de votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.— (Pausa). Rejeitado o requerimento.

O SR. ENÉAS FARIA — Pela ordem, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Deferida a questão de ordem levantada pelo Sr. Deputado Enéas Faria.

A Presidência atende. Fará a verificação de votação, colocando a matéria em ordem inversa.

Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz, queiram levantar-se (Pausa).

Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa)  
20 Srs. Deputados rejeitam; 21 Srs. Deputados aprovam.

APROVADO O REQUERIMENTO.

## 2a. DISCUSSÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Número 7/77.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela ordem Sr. Presidente, V. Exa. ao decidir as questões de ordem, pertinente a esta preferência, ou inversão da ordem dos trabalhos, se estribou no art. 88, inciso 1.º do Regimento Interno, alegando a existência na Ordem do Dia de projetos em Regime de Urgência.

Dada esta situação, segundo V. Exa., regimentalmente, era impossível alterar a ordem dos trabalhos.

Parece-me, Sr. Presidente, que V. Exa. labora em erro, porque na sessão de segunda-feira, havendo projeto em regime de urgência, na Ordem do Dia, V. Exa. alterou a ordem dos trabalhos para dar posse ao eminente Deputado Erondy Silvério.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência convidou o Sr. Deputado Erondy Silvério, para tomar posse, sem que qualquer um dos Srs. Deputados tenha provocado em questão de ordem esta preferência.

A Presidência considerou que se S. Exa. se encontrava no plenário, e não estava em fase de votação, porque assumiu S. Exa. antes mesmo de iniciar-se o Grande Expediente da sessão.

V. Exa. verifica que não tem razão de ser a questão de ordem levantada.

O SR. ACCIOLY NETO — Pela Ordem, houve alteração na ordem dos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE — Absolutamente não houve.

A Presidência pode dar posse, a qualquer Sr. Deputado, por solicitação ou não, provocada por qualquer parlamentar ou de "exponete própria", no instante que desejar, durante a sessão, e o fez antes mesmo da Ordem do Dia e antes mesmo do Expediente.

O SR. ACCIOLY NETO — Então não tem razão de ser esse dispositivo do Regimento Interno.

Não há razão para ele constar ali.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — V. Exa., Deputado Accioly Neto, está atribuindo à Presidência o fato de se haver citado o inciso I, do art. 88, do Regimento Interno.

Quem o citou foi o Deputado Muggiati Filho.

O SR. ACCIOLY NETO — Mas S. Exa. usou dele para dizer que vinha em socorro de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — Exatamente, porque S. Exa. valeu-se da colocação de preferência nele alinhada para contraditar que o caso de urgência estava se sobrepondo ao caso de preferência.

O SR. MUGGIATI FILHO — Pela ordem, Sr. Presidente, o caso parece que, realmente, é de alta indagação.

Acho que não poderemos passar muito rapidamente neste episódio em que se indaga da aplicação do art. 88 do Regimento Interno, porque não podemos aplicar o art. 88 isoladamente.

Como se o art. 88, e só ele e seus incisos e seus parágrafos, constituíssem o Regimento Interno.

Veja V. Exa., Sr. Presidente, que o raciocínio certo é que, acredito que devamos seguir, é este que principia pelo próprio art. 87: "Todas as matérias que estejam em condições regimentais de entrar na Ordem do Dia ficarão sob a guarda da Mesa.

Diz ainda: "§ 2.º — As matérias em pauta serão enunciadas diariamente em seguida à ORDEM DO DIA".

Seguem-se os parágrafos 3.º, 4.º e 5.º: "Se não forem apresentadas emendas do plenário e não houver oradores inscritos para debater o projeto em pauta, entrará ele em Ordem do Dia, para votação."

O art. 88 diz: "A ordem dos trabalhos estabelecida nos artigos antecedentes..."

Este monte de documentos que V. Exa. tem sobre a Mesa, de processos...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Sr. Deputado Muggiati Filho...

O SR. MUGGIATI FILHO — Ainda não terminei...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência interrompe V. Exa. para informar que deve ter se louvado no art. 84, § 1.º.

Mas a Presidência vai curvar-se para que V. Exa. se sinta atendido.

Vai atender à questão de ordem levantada e vai dar preferência de votação ao requerimento do Deputado Deni Schwartz.

O SR. MUGGIATI FILHO — Congratulo-me com a Presidência que atende a vontade soberana do Regimento, com muita dignidade.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — A Presidência reconhece a propriedade da interpretação.

Poderia valer-se do artigo 84.

Requerimento do Deputado Deni Schwartz, com a discussão encerrada na sessão do último dia 13. Em votação.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, venho a esta tribuna para encaminhar a votação de um importante requerimento, mais importante que os 22 projetos que se encontram na Ordem do Dia.

O requerimento diz o seguinte: (Lê).

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer que esta Assembléia Legislativa manifeste pelo voto a este, sua defesa intransigente do Direito Constitucional de Opinião e Expressão de Pensamento, de que foram privados em território paranaense os Srs. Ministro Aliomar Baleeiro, Jornalista Sérgio Buarque de Gusmão e o Professor Dalmo Dallari.

Outrossim, requer, seja dado ciência da vontade soberana da Assembléia às referidas personalidades em desagravo à frustração de seus direitos.

Sala das Sessões, em 08 de junho de 1.977.

(a) Deni Schwartz.

#### JUSTIFICATIVA:

1 — Pela Constituição Federal em seu art. 153, § 8o. lê-se: “É livre a manifestação de pensamento, de convicção política ou filosófica, bem como a prestação de informação independentemente de censura . . .”

2 — Ainda pela nossa Carta Magna temos no seu art. 153, § 27: “Todos podem reunir-se sem armas . . .”

3 — O evento apesar de ocorrido em território paranaense e envolver a Política Militar do Paraná, não teve a participação direta ou indireta das autoridades maiores do nosso Estado conforme esclarecimentos prestados pelo eminente Líder do Governo;

4 — Compartilhamos a mesma desaprovação às medidas inconstitucionais praticadas.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos oportunidade de ouvir, ainda há pouco, críticas ao regime.

Dizia o eminente Deputado que ocupava esta tribuna, das noites escuras que enfrentavam o MDB e as oposições brasileiras.

E pergunto, quais as outras oposições brasileiras? que o AI-5 devia agir contra a inflação, contra a fome, contra a miséria.

E eu pergunto: o que é que o MDB tem feito contra a inflação, contra a fome e contra a miséria?

O que tem feito é tumultuar a opinião pública contra a vontade do povo, porque a vontade do povo foi demonstrada nas últimas eleições, quando nós conseguíamos com que a ARENA que defende os direitos, que defende a liberdade do povo mantivesse a maioria no Congresso Nacional, como mantém nesta Casa.

O que tem feito é tumultuado, impedido que se consulte a classe estudantil para ver se eles querem as greves e os tumultos para se manifestarem.

O que aconteceu foi uma meia dúzia de agitadores, tumultuando-se, procurando fazer reuniões - e sabemos que todos vão ver o que está acontecendo, sem saber do que se trata, mas, ninguém quer a desordem.

Todos querem a paz, a democracia. E é isso que todos nós, brasileiros, queremos.

Mas, para isso, é preciso a contribuição. Para isso, é preciso o apoio.

Disse, num aparte, o nobre Deputado Wilson Fortes, “quando nós fomos candidato, conhecíamos bem o regime.

E nesse regime, fomos candidato. O que cabe a nós, se discordamos do governo, se discordamos de suas medidas, é criticarmos as medidas do governo, os atos praticados.

Mas, não criticar o regime, porque o aceitamos. Porque disputamos uma eleição neste regime.”

Portanto, não podemos criticar o regime porque o acei-

tamos quando nos candidatamos.

Não aceita o MDB a eleição indireta. Mas, a aceita quando, num Estado, ele tem a maioria, aceita o seu governo, aceita as regras do jogo, como vai aceitar, no ano que vem, no Estado do Rio.

Sr. Presidente, nós temos discutido, temos falado nesta Casa sobre o problema de assistência, sobre o atendimento.

Nós temos ouvido às vezes, de alguns Deputados da Oposição que não têm o problema que nós temos, problema de assistência social, não têm o problema de doentes porque não são procurados.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a responsabilidade nossa, Deputados da Arena e do MDB, é a mesma, os recursos que temos para o atendimento são os mesmos.

As condições que viemos para esta Casa são as mesmas.

Existe a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, cada um tem o seu Estatuto.

Não divergem muito um do outro. Todos querem a liberdade, todos querem contribuir para o desenvolvimento. Todos querem dar a sua participação.

Mas nesta Casa, Sr. Presidente, o que nós assistimos quando se procura defender os interesses do povo, “um grande requerimento” como este traz preferência. Traz preferência, Sr. Presidente, e se pede preferência e se luta e ficamos aqui às vezes até às oito horas da noite, se for o caso, para dar preferência a um requerimento que vai preterir convênios assinados para construção de escolas, convênios com o Município de Campo Mourão, convênios com o Município de Rondon.

Dar preferência, é muito mais importante a este requerimento, do que a construção de salas de aula no Município de Tapejara.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — (Faz soar os tímpanos).

A Presidência lamenta informar V. Exa. que o tempo regimental de dez minutos já se esgotou e lhe concede mais um minuto para concluir.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Eu encerro, Sr. Presidente.

Se formos ler todos os convênios, todos os projetos que aqui estão, nós vimos aqui o do Plenap também, das casas populares que estão à espera desta lei de amparo para que se continue a construir.

Mas se pede preferência num requerimento que vai pedir desagravo.

Nada temos contra este homem público que é Aliomar Baleeiro, mas é uma hora imprópria, em que procura tumultuar a Nação.

Conhecemos bem Aliomar Baleeiro, conhecemos as suas intenções.

Mas ele não sabia das intenções daqueles que promoviam a desordem e o tumulto em nosso Estado, e, por isso, nós não poderíamos apoiar de forma nenhuma.

Eu encerro, Sr. Presidente. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requerimento do Deputado Deni Schwartz.

O SR. LÚCIO MACHADO — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Até parece que é invencionice que o ataque se transforme em bandeira de algum radicalista do Partido do Governo.

Ataque que se caracteriza, acima de tudo, como auto defesa retratado pela improcedência ignóbil.

É lamentável que S. Exa. o Deputado que me antecedeu na tribuna diga que só ele e sua bacada se ocupam neste Parlamento, e em seus gabinetes, no atendimento aos miseráveis irmãos pobres que vêm do Interior, e que graças a um sistema de Governo dos mais desenquadrados do sistema social, transformou a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em Departamento em posição de atendimento social por parte dos Srs.

Deputados.

É bom que se deixe bem claro que nós, os Deputados componentes da bancada da Oposição nesta Casa, encaminhamos os doentes que a nós são chegados todos os dias, aos hotéis pagos, e pagos com a verbas que recebemos, enquanto, sabemos, muitos Deputados da ARENA, ou diversos, encaminham aos departamentos mantidos pelo próprio Governo, às pensões cuja despesa não recai sobre os Deputados. E nós não poderemos aceitar...

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem. O ilustre orador nosso companheiro, o prezado Deputado Lúcio Machado, fala em pensões do Governo.

Sabemos perfeitamente, Sr. Presidente, que Governo não tem pensões.

Sabemos perfeitamente que Governo é governar, é distribuir as verbas, é aplicar o dinheiro do povo em benefício do próprio povo.

Não podemos tolerar e não podemos admitir o que ouvimos, porque quando um governo auxilia um pobre, ele não quer saber se este pobre é da ARENA, do MDB ou do Partido Comunista.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — A Presidência assegura a palavra ao orador que se encontra na tribuna, Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Muito obrigado.

É fácil se notar a expressão de violência, quando se quer encobrir ou cercear a manifestação da verdade.

Pedi-se aqui neste requerimento, voto de desagravo ao ilustre Ministro Aliomar Baleeiro, expressão mais alta de cultura deste País; ao jornalista Sérgio Buarque de Gusmão, e ao professor Dalmo Dallari, por haverem sido impedidos de manifestarem seus pensamentos, em debate público que seria realizado na cidade de Londrina.

Que democracia é esta, meu Deus? Que, além de fecharem a boca de culturas extraordinárias, de expressão, que o estudante e que o povo quer ouvir, ainda cerceiam o direito ao parlamento, de votar, de dar um voto de desagravo a fatos desrespeitosos que feriram profundamente a estrutura até da mais média democracia.

Realmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o mandato só vale, pela posição daqueles que o exercem, pela envergadura daqueles que o ostentam, pela capacidade e acima de tudo pela desumanidade daqueles que o detêm.

Se o medo transfigura os representantes do povo, o povo não está representado; se o medo faz com que o parlamentar decida aceitar a determinação da violência, o povo está violentado.

Porisso mesmo eu pediria, para a honra deste Parlamento, para a dignificação desta representação popular composta de 54 homens vindo dos quatro cantos do Estado do Paraná, que todos, neste instante, como reverência à democracia que esperamos, votassem unanimemente pelo pedido do autor.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Em votação o requerimento de autoria do Deputado Deni Schwartz.

O SR. DEL CIEL — (Para encaminhar a votação) — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O universitário de minha terra, consciente, despertado, alerta, interessado, convidou três figuras que gozam do maior conceito no cenário dos intelectuais deste grande País que habitamos.

Estudantes organizados, não aceitando a pecha que lhes foi lançada nesta oportunidade, pelo eminente Deputado Gilberto Carvalho.

Não desordeiros. Programaram para a nossa terra um encontro com o ex-Ministro Aliomar Baleeiro, revolucionário, democrata por excelência, homem cujos méritos incontestáveis são respeitados ou eram respeitados até então por toda

a Nação brasileira; o brilhante jornalista Sérgio Buarque de Gusmão e o Professor Dalmo Dallari, que foram convidados para uma palestra.

E o que o estudante universitário de minha terra queria debater era da viabilidade da criação da Assembléia Constituinte.

Onde está o crime do universitário londrinense, e, quicá, de toda a classe universitária deste grande País, por pretender debater temas tão importantes e fundamental na pauta da ordem do dia de todos os homens conscientes desta Nação?

E o que se viu em minha terra foi o cerco policial arbitrário, comandado, conforme anunciou a imprensa londrinense deste Estado, pelo impotente Governo do Estado do Paraná que, certamente sem saber porque, tumultuou a vida da pacífica e ordeira classe universitária de nossa terra.

Com relação às indignações do Deputado que me antecedeu na tribuna, Gilberto Carvalho, preocupado com as outras oposições que não foram especificadas pelo eminente Líder de minha bancada nesta Casa.

As outras oposições, Deputado, se encontram dentro do próprio partido de V. Exa., os arenistas conscientes, os empresários, os estudantes, os professores, o clero brasileiro, o trabalhador sem trabalho que habita esta terra, o doente sem hospital, a família sem teto para abrigar aos seus, o agricultor que suporta o confisco cambial, o lavrador...

O Sr. Gilberto Carvalho — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — De acordo com o Regimento Interno, estamos no encaminhamento da votação e não em discussão. Porisso, solicito da Mesa que peça ao eminente orador que não me faça indagação porque não posso responder. Estamos no encaminhamento da votação, se ele faz indagação eu não tenho condições de responder.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência entende como válida a questão de ordem e devolve a palavra ao Deputado Del Ciel.

O SR. DEL CIEL — Agradeço Sr. Presidente, mas não lanço indagação alguma ao eminente Deputado Gilberto Carvalho. Respondo a uma por ele feita nesta Casa. Ou será que ele a teria feito inconscientemente? Indagava ele das outras oposições, preocupado com o posicionamento do eminente Líder do meu Partido. E estas oposições aí estão citadas, Sr. Presidente. E, continuando, mais alguns casos, alguns reforços para a oposição até então desconhecida pelo eminente Deputado: o agricultor que suporta o confisco cambial, o lavrador que sobrevive de teimoso, arando a terra, buscando o produto, não encontrando preço para ele. Mas o magistério paranaense e brasileiro, já o lembramos desta tribuna. Mas, agradeço a interrupção de V. Exa. Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente vimos acontecer em nossa cidade, em Londrina, com uma classe universitária responsável, dirigida por jovens conscientizados que buscam politizar-se, debater os temas atuais que necessitam ser discutidos, amiúde e por inteiro, para fazer política, não atendendo aí o que determina o Sr. Ministro da Educação que entende que política não é para ser feita nas nossas Universidades. A política deve ser feita em todo local, em todo recinto; da casa à escola; da praça pública à universidade. Não se pode privar a mocidade desta grande Nação, mocidade que perfaz 70 por cento dos homens que respiram ar nesta terra santa, de analisar, de debater, de decidir os destinos desta grande Nação. Pois tudo isto leva a caracterizar a existência de um regime de democracia e que precisa, realmente, ser combatido.

Venho à tribuna aplaudindo a iniciativa do eminente Deputado Deni Schwartz, que propõe o desagravo que parte, não só de parcela de Deputados desta Casa, mas, da mente de todo cidadão consciente que habita este grande Estado do Paraná.



Ao ex-Ministro que foi ofendido, que foi agredido por não poder ter proporcionado à mocidade de minha terra o grande debate anunciado, preparado e não realizado pela desrespeitosa intervenção sob o comando do Governo deste Estado. Serviu, isto sim, e, é bom lembrar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como disse Aliomar Baleeiro na mensagem que enviou aos estudantes de minha terra, que já pela sua avançada idade, estava ele, naquela noite, se dirigindo aos universitários londrinenses, pretendendo se dirigir aos universitários de minha terra, como uma das suas últimas participações em debates, em demarches que ele oferecia à Nação Brasileira; mas, que aquele acontecimento rejuvenesceu e que aquele acontecimento em nossa terra lhe deu forças para continuar a sua caminhada por todo este País, levando sua mensagem, defendendo a constituinte que haverá de brotar, que haverá de vir, para que esta Nação reencontre os caminhos da democracia, os caminhos para sua democratização.

Assim sendo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, esperamos que o Parlamento paranaense, reconhecendo a necessidade da participação dos universitários desta terra, classe conscientizada, preparada para que, com a sua decisão, incentive a todos os universitários paranaenses e que devem, realmente, fazer política; que devem, realmente, debater política; que devem, realmente, participar da vida nacional.

Não há nenhum desrespeito para com os homens que dirigem esta Nação. A mocidade brasileira, quer analisando, profundamente, as problemáticas econômicas, políticas e administrativas desta grande Nação, dar a sua posição para os novos rumos, para os novos caminhos desta grande Nação; e, eles, universitários...

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência informa a V. Exa. que o tempo que dispunha se esgotou e concede um minuto para concluir.

O SR. DEL CIEL — Agradeço, Sr. Presidente. Eles, universitários, certamente, com a mesma frustração deste Deputado, não se conformam, em não ter podido votar para escolher seu Presidente da República, o seu Governador do Estado e, agora, também com a ameaça do senador de proveta, do senador biônico.

São essas razões que motivam os universitários deste grande País a participarem da vida política e administrativa desta grande Nação.

Isto posto, Sr. Presidente, esperamos que Deus ilumine a cada um dos eminentes Deputados que labutam nesta Casa para que possam promover, ou para que possa este Legislativo promover o desagravo a esses três brasileiros ilustres que foram agredidos no nosso Estado do Paraná, em nossa terra, Londrina.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Vereadores que se encontram nesta Casa.

Para que não paire dúvidas do que seja esta Casa, quero mostrar aos senhores que o nosso requerimento não é um simples requerimento. E que o alegado pelo ilustre Deputado Gilberto Carvalho é, antes de mais nada, uma informação completamente fora da verdade. Tenho em mãos, Srs. Vereadores que aqui estão nesta Casa, o Projeto de Lei número 7/77, que deveria e será votado hoje e que, segundo o Deputado Gilberto Carvalho, é um projeto muito importante.

E, nesta oportunidade, desta tribuna, para que se estabeleçam exatamente as responsabilidades, é que esclareço aos Senhores Vereadores, para que os mesmos não saiam desta Casa mal informados, o seguinte:

Este projeto que é meramente para referendar um convê-

nio celebrado com o município de Campo Mourão. Foi assinado no dia 14 de outubro de 1976. 14 de outubro de 1976, quase há um ano atrás. O Sr. Governador, e se responsabilidade-há pelo atraso da aprovação, esta pertence ao ilustre Sr. Jayme Canet Júnior, que para esta Casa só o enviou no dia 04 de março de 1977. Desconte-se aí o período que estivemos em recesso. Mas a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no ano que findou, foi convocada extraordinariamente e os Srs. Deputados ficaram aqui até o dia 27 ou 28 de dezembro.

O Sr. Governador não estava com pressa de ouvir a Assembléia, tanto que levou cinco meses. Não pode o ilustre Deputado Gilberto Carvalho alegar urgência ou, desconhecimento desses fatos, pois tenho em mãos o projeto, e o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, exarado no dia 23 de março deste ano, teve como relator o nobre Deputado.

Onde estava a pressa do Sr. Governador, se para cá só mandou este projeto, em março deste ano. Em 23 de março o Sr. Relator deu seu Parecer e somente agora, praticamente três meses depois, é que vem para a Pauta. E o Sr. Gilberto Carvalho agora diz ser muito importante.

Estive na Mesa do Sr. Presidente verificando outros processos, alguns dos quais como do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, também de 76.

Mas, Srs. Deputados, nós tínhamos uma razão ao elaborarmos o nosso requerimento. Ouvimos de viva voz do Sr. Líder do Governo, ao justificar de que em Londrina, nenhuma autoridade do Executivo havia interferido para que a Polícia Militar tomasse atitudes que tomou. Se não foi o Sr. Governador, se não foi o Sr. Secretário, quem terá mandado a Polícia do meu Estado, cercar a Universidade de Londrina? Talvez, na insinuação de um Deputado desta Casa, tenha sido o Ministro da Justiça, conforme aqui foi declarado em sessão anterior.

Fizemos um requerimento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no afã de desagravar este Estado, e porisso, precisávamos mostrar que aqui neste Estado, somos donos, e que se ações não justificadas, ações inconstitucionais foram tomadas, elas não o foram, pelo Sr. Governador, pelo Sr. Presidente desta Assembléia ou pelo Presidente do Tribunal de Justiça. Nenhum dos Poderes está mancomunado com aqueles que foram cercar estudantes em Londrina. Esta a justificativa maior, além da inconstitucionalidade dos fatos que ocorreram naquela cidade. Causa espécie agora, Srs. Deputados, o fato de por duas vezes seguidas, homens da ARENA, se retirarem do plenário para não votarem um requerimento que é antes de mais nada, um desagravo do Paraná, uma satisfação do nosso Estado.

Peço aos Srs. Deputados, que me perdoem, pois não pretendia com este requerimento, nada mais do que dar uma satisfação a três homens ilustres, de posicionamentos os mais diversos, de posições de todos conhecida, cidadãos íntegros, que vieram ao nosso Estado, para transmitir conhecimentos, e aqui foram impedidos de fazê-lo. Porisso, Srs. Deputados do meu Partido, e meus ilustres adversários da ARENA, o importante do nosso requerimento, é desagravar nosso Estado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz.

Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

A Presidência convoca o eminente Deputado Jurandir Messias, Primeiro Vice-Presidente, a assumir a direção dos trabalhos.

A Presidência desculpa-se, pois encontra-se nesta Casa, desde 15,30 horas, o Sr. Secretário de Indústria e Comércio.

Convidaria o Sr. Líder da Aliança Renovadora Nacional, para no Salão Nobre, contactar-nos com S. Exa. e recebermos Mensagem Governamental.

Da mesma forma, convida o Sr. Deputado Trajano Bastos de Oliveira, a nos acompanhar. — (Pausa).

O SR. PRESIDENTE (Jurandir Messias) — Com a palavra o Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Dois motivos nos trazem a esta tribuna, Sr. Presidente, meus nobres colegas. O primeiro deles para dizer com a máxima franqueza, que não posso compreender, não sei se por deficiência própria, a conduta, a posição, da eminente bancada da Aliança Renovadora Nacional, neste episódio.

O agravo, ou melhor, o desagravo, que se pretende, a ninguém agrava; não significa o agravo de quem quer que seja. Apenas pretende-se desagrar uma figura que não pertence mais a ninguém, mas a este País; pertence ao Brasil. É uma das figuras mais ilustres que vive hoje em nossa terra.

Aliomar Baleeiro — e é esta figura, e o segundo motivo que me traz a esta tribuna. Pede o Deputado Deni Schwartz, um voto de desagravo ao eminente Ministro Aliomar Baleeiro; — e eu digo Ministro, para que se ratifique a afirmação feita nesta Casa, de “ex-Ministro”, à primeira vista, sem muito significado, mas que na realidade, quando a norma regimental do Supremo Tribunal Federal, determina que todos os seus membros, mesmo os aposentados, têm o direito de usar o título de Ministro, — significar dizer, que todos aqueles que passaram pelo Supremo representam a expressão da cultura jurídica de nosso País, que se ombréia hoje, apesar de todas as suas viscissitudes, apesar de tudo aquilo que se faz contra o Direito neste País, com as mais avançadas de todo o mundo; haja visto as obras de eminentes escritores brasileiros que são traduzidas para o alemão, para o francês, para o espanhol. Para citar um só deles, as obras de Pontes de Miranda.

É uma tradição de cultura, que está fixada em Baleeiro. Homem que militou na política nacional; autor de obras variadas sobre o Direito Constitucional e o Direito Tributário; Mestre em Direito Constitucional e Administrativo.

Chegou-se nesta Casa, e eu também não entendo porque, até a colocar-se à figura eminente desse brasileiro, numa posição constrangedora quando, à guisa de argumentação procurou-se atirar à bancada do MDB que Baleeiro foi um revolucionário. Foi realmente um revolucionário; um revolucionário consciente; um revolucionário que entende por revolução o que entende Rui, e está em seus livros: — “que a revolução é a destruição da ordem jurídica”, ou seja, a destruição da lei, mas que ela se faz presente e necessária quando os governos desrespeitam a lei. Porém, assim que ela cumpre o seu objetivo, deve se retirar e devolver o Poder ao povo. É porque o Poder não foi devolvido ao povo, talvez seja por isto que Aliomar Baleeiro não possa comungar hoje com o mesmo pensamento daqueles que estão vendo a Revolução atravessar o século XX em nosso País.

Esta figura eminente não pode servir para dividir as duas bancadas nesta Casa, como aconteceu. Não há explicação razoável para um fato desta natureza. Mas há a explicação, há o espírito de brasilidade que transformou esta sessão numa das mais lídimas expressões de democracia que já se viu em duas Legislaturas, numa sessão de desagravo a um dos mais eminentes brasileiros vivos, com o qual convivemos, do qual temos a honra de assistir às suas pregações, aos seus discursos. Ler suas sentenças, verdadeiros monumentos jurídicos esquecidos desta Casa por uma bancada que está equivocada.

Apelo a esta bancada, que retome a sua posição exata, a sua posição de consciência, agindo com austeridade, que medite sobre o requerimento.

Não falo pelos seus acompanhantes, mas falo por Aliomar Baleeiro. É um grande brasileiro que aí está. Um nome que ficará na história como ficou Rio Branco, como ficou Rui, como ficou Caxias...

Um Sr. Deputado — Como ficou Tiradentes.

O SR. MUGGIATI FILHO — ... como ficou Tiradentes, como diz V. Exa.

Como ficaram todos estes nomes que constituem a galeria

das grandes figuras patricias. Honra nossa, no consenso mundial.

Porque negar a Baleeiro este desagravo que não agrava a ninguém? Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Mas restará a ele, se lhe for negado este voto, restará a ele levar consigo — e a esta Casa também — que hoje aqui se realizou uma verdadeira sessão solene de homenagem a um grande patricio vivo. E como é difícil se homenagear a um grande brasileiro vivo!

...

Quase que nos dedicamos, exclusivamente, a homenagear nossas figuras que já se foram, homenageando sua imagem que se projeta indefinidamente pelo futuro a nos guiar. Entre eles estará também, quando chegar a sua vez, Aliomar Baleeiro.

Mas a nós, nos cabe esta grande honra de que hoje, nesta Assembléia Legislativa, houve uma sessão dedicada ao desagravo de um grande brasileiro, nosso patricio Aliomar Baleeiro. — (Com revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vou votar contra o requerimento.

Não queria encaminhar a votação, Sr. Presidente, se não fora quase um desafio feito pelo nobre Deputado Muggiati Filho, há poucos instantes.

Não vou tanto ao mar, nem tanto à terra.

Não radicalizo como o nobre Deputado Gilberto Carvalho que, a meu ver, foi indelicado com a valorosa bancada do MDB.

Também não radicalizo como o fez o nobre Deputado Muggiati Filho, porque o grande mal, neste País, Srs. Deputados, é a memória fraca dos homens públicos.

Vejo, nesse requerimento de autoria do nobre Deputado Deni Schwartz, não o objetivo de desagrar a quem quer que seja, mas sim, um fundo nitidamente político. E digo ao nobre Deputado Muggiati Filho que se quer desagrar, agravando quem não teve nenhuma responsabilidade no episódio, nesse caso o Sr. Governador do Estado. Segundo informações que obtive, dele não partiu a ordem. S. Exa. até empenhou-se para que o Ministro Aliomar Baleeiro pudesse usar da palavra, naquela reunião.

Mas, como disse, o mal deste País, é a memória fraca de determinados homens, principalmente dos fascistas, dos integralistas, dos homens de extrema-direita. É que ninguém lembra que esse homem que está sendo incensado nesta Casa, Aliomar Baleeiro, tem páginas negras em sua vida política.

Porque, lembro-me muito bem, quando ele comandou a batalha parlamentar contra a posse do Presidente legitimamente eleito, Eurico Gaspar Dutra, eleito pela vontade do povo brasileiro, com a tese esdrúxula de “maioria absoluta”. Por quê? Porque ele fazia parte da famosa “banda de música da UDN” que tumultuou a vida deste País, por tantos e tantos anos.

Depois, repetiu o mesmo episódio quando da posse do maior Presidente que este País conheceu, o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, a quem este País deve o seu grande salto para o progresso.

Esse homem comandou a batalha, esse homem fazia parte do “clube da lanterna” que se voltou contra a posse de um brasileiro escolhido pela vontade do povo.

Hoje, se quer incensar esse homem, se quer que, nesta Casa, se vote um desagravo. Por quê? Porque ele resolveu mudar sua vida depois de estar aquinhado com a aposentadoria, resolveu ser liberal. Mas, porque não o foi quando saiu o Ato Institucional número 01? Por que não foi à praça pública contra o AI-1?

Essa a pergunta que faço aos nobres Deputados da valorosa bancada do Movimento Democrático Brasileiro.

Agora, identifico, além do fundo político desse requerimento, identifico a oportunidade sincera que os Srs. Deputados do MDB tem: é de ver, o mais cedo possível — e esse é o desejo de todos nós — que este País retorne ao estado de direito.

Então, cada pequeno episódio como este é o ponto de partida, é o "cavalo de batalha", pelo que louvo a bancada do MDB, deve mesmo a Oposição aproveitar episódios como este para despertar a consciência do povo brasileiro.

Devemos lutar sem radicalismos, reconhecendo uma boa obra administrativa dos governos revolucionários, mas reconhecer também que o povo brasileiro, além de "pão", precisa de "circo"; que o povo brasileiro além dessas metas, desse envolvimento, precisa de liberdade de dizer aquilo que sente, liberdade de pensar, liberdade de se locomover.

Por isso, não sou radical como o nobre Deputado Gilberto Carvalho, que foi até indelicado com a valorosa bancada do MDB, porque a luta dos Srs. Representantes da Oposição é uma luta válida, uma luta legítima, é a luta de se tentar, o mais breve possível, colaborar para que o País volte à normalidade plena, à democracia que todos sonhamos, não isso que está aí.

Voto contra o requerimento porque não reconheço em Aliomar Baleeiro essa capacidade, esses exageros que se lhes atribuem à sua personalidade.

Estudei muito Aliomar Baleeiro no Curso de Finanças. É um excelente financista. Fora disto, politicamente, é um homem que tem passado negro. Porque ele lutou. Lutou contra Governos legitimamente escolhidos pelo voto universal e secreto.

Lutou contra a posse de Eurico Gaspar Dutra, lutou contra a posse de Juscelino Kubitschek de Oliveira e fazia parte do "Clube da Lanterna", que Juscelino teve que fechar.

Os homens do MDB parece que não estão lembrados que o "Clube da Lanterna" era uma organização voltada contra os democratas de então. Os homens do PTB e do PSD que estavam no Poder porque foram escolhidos pela maioria do povo brasileiro.

Então, não vejo razão para eu me tornar fascista. Chego aqui e teço louvores ao fascismo como fez Aliomar Baleeiro. Por isto vou votar contra o requerimento, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz.

— Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero dizer que o requerimento do eminente Deputado Deni Schwartz é claro, objetivo e pretende ressaltar o bom nome do Paraná.

Está escrito lá na Constituição que todos os Deputados que aqui se sentaram como também o Sr. Presidente da República, quando tomaram posse juraram respeitar a Constituição.

Os Deputados do MDB quando tomam posse notadamente no Congresso Nacional, ressaltam que não respeitam o seu Artigo 182 que contém um aleijão, uma doença num corpo sadio que é o Artigo que pretende legitimar o arbítrio e a prepotência.

Mas está na Constituição. E quem não o respeitar, sendo Presidente da República, Governador, Deputado ou Vereador, será perjuro.

Perjuro é aquele que jurou respeitar uma Constituição com eleição direta para Governador e não a respeitou.

Perjuro é aquele que jurou respeitar uma Constituição com eleição direta para um terço, para dois terços no Senado Federal e não a respeitou.

Perjuro é aquele que não permite que a Constituição seja respeitada. E está lá na Constituição que todos podem reunir-se sem armas, não intervindo autoridade senão para manter a ordem. Isto está escrito, isto foi por mim lido aqui quando abordei um lamentável, um triste, um fatídico episódio ocorrido na cidade de Londrina quando parte da cidade foi ocupada militarmente pela Polícia Militar do Paraná e por outras polícias mais, inclusive pela Polícia Civil. E esta está sob a res-

pensabilidade e sob a ordem direta do Sr. Governador do Estado.

Naquele dia impediram que se realizasse um debate. As figuras proeminentes deste debate eram três (03) especialmente convidadas. O Ministro Aliomar Baleeiro, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, o jornalista paulista Sérgio Buarque de Gusmão, e o Professor da Universidade de São Paulo, Dalmo de Abreu Dallari, Presidente da Comissão de Justiça e Paz da Cúria Metropolitana de São Paulo.

Eram apenas três dos debatedores. Muitas outras pessoas ali iriam participar do debate como tem direito de debater todo o cidadão deste País que pretende, que quer ser livre e independente.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando se pede um voto de desagravo, não se pede especificamente a Aliomar Baleeiro, não especificamente a Dalmo de Abreu Dallari ou especificamente a Sérgio Buarque de Gusmão, pede-se ao homem brasileiro que deve ter, de acordo com a Constituição, o direito de falar, o direito de expressar livremente a sua opinião. É este direito que nós queremos que esta Assembléia reconheça nesta hora, porque em terras paranaenses este direito foi ferido, foi ferido o direito de estudantes debaterem, o quê? Debaterem direitos humanos e Constituinte. Não se impede aqui que um Deputado vá à tribuna e fale, mas se impede, muitas vezes, uma rádio, que fale, se impede muitos cidadãos de manterem programas de televisão. Isto também é uma ofensa ao seu direito de falar e de emitir a sua opinião!

Então é a este direito agravado, que nós pretendemos desagravar. E para formalizar este desagravo, escolheram três pessoas; essas três pessoas, nesta hora, representam 110 milhões de brasileiros que devem ter o direito de debater o que pretendem, porque é próprio do homem que é inteligente, é próprio da pessoa humana que é racional, debater. E eu me lembro bem e permito-me cobrar do eminente Deputado Luiz Roberto Soares, Líder da aguerrida bancada da ARENA, a sua afirmativa quando aqui vim à tribuna discutir este assunto, lembro-me bem que taxei aquela ocupação parcial por militares da cidade de Londrina, de violência, de arbitrariedade, de prepotência; lembro-me que em aparte, o eminente e culto Deputado Luiz Roberto Soares disse que lamentava porque, a seu ver, houvera sido um erro.

Se foi um erro, não pode ser avalizado por esta Assembléia, não pode ser avalizado por homens independentes. De tal forma que, esta Assembléia, hoje, tem de decidir coisa muito importante, muito mais importante do que um convênio firmado há 3, há 2, há 1 dia, pelo Governador do Estado, com um município, porque, nós estamos discutindo o direito primeiro e elementar do homem, que é usar da sua inteligência, da sua capacidade de falar e de discutir.

Sem discutir, sem usar de inteligência não se faz convênios, não se administra estradas ou municípios. É este direito que nós queremos ver defendido nesta hora. De tal forma, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná pelos Deputados aqui presentes, ao desagravar três pessoas impedidas de falar, vai dizer se concorda ou não concorda com o arbítrio, se o homem deve ter ou não deve ter o direito de falar. E não é por ser Aliomar Baleeiro, poderia ser o homem mais simples, da mais humilde cidade do Paraná, este também teria e tem o direito de falar porque não é apenas o grande, não é apenas o poderoso, não é apenas um ex-Ministro do Supremo ou o Presidente da República, mas, o homem mais simples, esteja onde estiver nesta hora, ele tem o direito, de acordo com a Constituição, com a Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana, de emitir a sua opinião, de dizer o que pensa, de dizer o que quer. É para isso que esta Assembléia discute nesta hora. Ficaremos com o arbítrio ou condenaremos o arbítrio; avalisaremos o erro ou restabeleceremos o bom nome do Paraná para dizer que aqui não se cassam bruxas; que esta Assem-

bléia não avalisa a prepotência, que esta Assembléia não avalisa a autocracia, que esta Assembléia não avalisa poderosos.

Eu sei que é muito fácil agradar poderosos no momento. Muito difícil, muito difícil é se opor aos poderosos. Isso a bancada do MDB — e o MDB tem se oposto neste País, com a contribuição valorosa de homens independentes e sérios também do outro Partido.

Sei meus amigos, sei Srs. Deputados, sei Sr. Presidente, que são as coisas mais simples que fazem os santos e os heróis. A luta pelo direito, a luta pela justiça, a luta pelo amor, a luta pela liberdade.

Aparentemente insignificante discutirmos aqui o requerimento de desagravo. Mas, meu Deus do céu, se nós cedemos, cedemos um direito, outro direito, amanhã cederemos tudo.

Resistamos pois, em nome da liberdade, em nome da civilização, em nome da inteligência, a essa prepotência, e digamos alto e bom som para todo Brasil que já sabe que esta Assembléia discute este assunto, que a Assembléia Legislativa do Paraná não concorda com o arbítrio, não concorda com a prepotência e acha que todo homem tem o direito de falar.

Sei que devo encerrar, e o Sr. Presidente já pretende me alertar. Não gostaria de citar uma frase muito corriqueira, mas vou dizer: posso até discordar de Aliomar Baleeiro, posso até discordar de Dalmo de Abreu Dallari, posso até discordar de Sérgio Buarque de Gusmão, posso discordar, como discordo, do eminente Deputado Gilberto Carvalho e do eminente Deputado Erondy Silvério, e até do Deputado Gabriel Manoel; posso não concordar, mas “devo defender até o último instante o direito que tens de dizer o que pensas”, era o que diria Voltaire. Era o que é preciso repetir nesta hora.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Em votação o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. — Rejeitado o requerimento.

O SR. OSVALDO MACEDO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. OSVALDO MACEDO — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência concede. De forma inversa colocará o requerimento à consideração do Plenário. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar-se.

O SR. PAULO CAMARGO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Camargo.

O SR. PAULO CAMARGO — Apenas pediria a V. Exa. que fizesse soar os tímpanos porque podem existir Deputados fora do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende.

A Presidência solicita aos Srs. Deputados que, por obséquio, tomem os seus lugares, a fim de viabilizar a conferência e anunciar o resultado correto da votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz, queiram levantar-se.

A Presidência solicita que os Srs. Deputados permaneçam em seus lugares. A Presidência, para que não haja contestação, vai verificar. Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

23 Srs. Deputados rejeitam; 23 Srs. Deputados aprovam.

A Presidência poderá, novamente, conferir a votação e solicita do Sr. Líder do MDB que, desta tribuna, da Presidência, auxilie ou determine que um Sr. Deputado, do local da Presidência auxilie na conferência dos votos, porque a Presidência não poderá ficar sujeita à desconsideração dos Srs. Deputados que não crêem na veracidade do que se anuncia.

O SR. PRESIDENTE — Pela ordem, concedo a palavra ao Líder.

O SR. TRAJANO BASTOS — Esta Liderança declina do convite que V. Exa. me faz por achar desnecessário. Quero reafirmar, neste instante, a confiança que a Liderança deposita na pessoa do Deputado Ivo Thomazoni, Presidente do Legislativo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência agradece e fará nova verificação de votação mas, encarece dos Srs. Deputados que, por favor, não se desloquem das suas poltronas no instante da conferência de votos.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. — (Pausa). — 22 Srs. Deputados.

A Presidência vai declinar nominalmente, os Srs. Deputados. Todavia, a Presidência vai conferir, novamente. A Presidência está se perdendo. — (A Presidência procede nova contagem declinando os nomes dos Srs. Deputados). 23 Srs. Deputados aprovam.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. A Presidência vai, novamente, contar. — (Pausa). — 23 Srs. Deputados rejeitam.

A Presidência contará, nominalmente, como foi, anteriormente constatado. — (A Presidência procede nova contagem declinando os nomes dos Srs. Deputados). — Vinte e três (23) Srs. Deputados rejeitam; vinte e três (23) Srs. Deputados aprovam.

Nos termos do Artigo 26, do Regimento Interno, que confere à Presidência o voto Minerva, a Presidência vota pela rejeição do requerimento.

REJEITADO o requerimento de autoria do Sr. Deni Schwartz.

Passaremos à apreciação das demais matérias constantes da Ordem do Dia:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 07/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 262/77 — aprova o convênio celebrado pelo Governo do Paraná, através da Secretaria de Administração, com o município de Campo Mourão, objetivando execução de reparos em próprios estaduais. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 42/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 12/77, ex-Proposição número 173/77 — aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, com o município de Rondon, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 43/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 13/77, ex-Proposição número 174/77 — encaminha termo de re-ratificação ao convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná e o município de Tapejara, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 44/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 16/77, ex-Proposição número 177/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município

VEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 45/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 17/77, ex-Proposição número 178/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Nova Londrina, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 46/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 19/77, ex-Proposição n.º 180/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 47/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 21/77, ex-Proposição número 182/77 — aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Umuarama, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede daquela comuna. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 49/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 24/77, ex-Proposição número 185/77 — aprova termo de re-ratificação ao convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o município de Altônia, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 50/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 28/77, ex-Proposição número 186/77 — aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, e o município de Florai, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 64/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 38/77, ex-Proposição número 236/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Foz do Iguaçu, objetivando reparos no prédio do Colégio Estadual Monseñor Guilherme. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 65/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 38/77, ex-Proposição número 237/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Terra Rica, objetivando reparos no prédio do Grupo Escolar Rosalina de Moraes. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 66/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 38/77, ex-Proposição número 238/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Rondon, objetivando reparos no prédio do Ginásio Estadual Almirante Barroso. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 67/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 241/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Catanduvas, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam diversos estabelecimentos de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 71/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 51/77, ex-Proposição número 252/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Ribeirão Claro, objetivando execução de reparos no prédio do Grupo Escolar Marcos Baggio. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, requeiro verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — A Presidência atende.

A Presidência solicita dos Srs. Deputados que tomem os seus devidos lugares, para atender o que em questão de ordem, o Sr. Deputado Renato Bernardi verificou, para a verificação de votação. — Em votação Projeto de Resolução número 71/77. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como estão.

A Presidência advertida, vai corrigir. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Resolução número 71/77, queiram levantar-se. É convênio celebrado pelo Governo do Estado com o município de Ribeirão Claro.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e oito (28) Srs. Deputados aprovam. Há quorum para deliberação.

APROVADO o Projeto de Resolução número 71/77, artigo por artigo.

A Presidência interrompe a votação para anunciar a presença nesta Casa, dos Sr. Vereador Jorge Amin Maia, Presidente da Câmara Municipal de Apucarana.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 73/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 263/77 — aprova o termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Nova Aurora, objetivando execução de reparos em prédios onde funcionam estabelecimentos de ensino. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 74/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 264/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o município de Bandeirantes, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona a unidade escolar com 12 salas de aulas. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. —



**APROVADO, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 75/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 53/77, ex-Proposição número 265/77 — aprova o termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, com o município de Doutor Camargo, objetivando execução de reparos no prédio onde funciona o Grupo Escolar Regente Feijó, na sede do referido município. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 78/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 60/77, ex-Proposição número 289/77 — aprova convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o município de Santa Inês, objetivando reparos no prédio onde funciona o Ginásio Estadual. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução número 98/77, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, Mensagem número 32/77, ex-Proposição número 272/77 — aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social e o município de Curitiba, objetivando execução do programa de atendimento às vítimas da explosão de Dinamite, ocorrida nesta Capital. Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., e CF., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 49/77, de autoria do Poder Executivo, Mensagem número 64/77, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva dar nova redação ao artigo 1º, ao inciso I do artigo 2º, ao "caput" do artigo 3º e aos parágrafos 1º e 2º do artigo 5º da Lei número 6568, de 24/06/74. (Participação do Estado do Paraná no Plano Nacional de Habitação — PLANHAP). Pareceres FAVORÁVEIS da CCJ., CF., e COPTC., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 60/77, de autoria do Deputado David Federmann, que declara de utilidade pública o Montepio dos Servidores Públicos do Brasil, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul. Parecer FAVORÁVEL da CCJ., por unanimidade. — Em regime de urgência. — APROVADO, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 94/76, de autoria do Deputado Fidelcino Tolentino, que integra no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a construção e pavimentação de uma estrada ligando os municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marques e Cascavel, passando pelos distritos de Santa Lúcia, Alvorada do Oeste, Cielito, Santa Maria e Santa Tereza, integrando as regiões oeste e sudoeste do Paraná. Pareceres CONTRÁRIOS da CCJ., e CF., por unanimidade e FAVORÁVEL da COPTC., por unanimidade.

**PROJETO DE LEI NÚMERO 94/76**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
**D E C R E T A :**

Art. 1º — Fica incluída no Plano Rodoviário Estadual, para execução caráter prioritário, a construção e pavimentação de uma estrada ligando os municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marques e Cascavel, passando pelos distritos de Santa Lúcia, Alvorada do Oeste, Cielito, Santa Maria e Santa Tereza, alcançando este último na confluência do km 419 da BR-477,

a quilômetros de Cascavel.

Art. 2º — As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão por conta da dotação orçamentária própria a ser prevista nas próximas leis de meios.

Art. 3º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 30 de agosto de 1977.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

**JUSTIFICATIVA:**

O desenvolvimento das regiões oeste - sudoeste do Paraná, por si só exige a construção de uma estrada traçada fora da área do Parque Nacional do Iguaçu.

A ação desenvolvida pelo IBDF, naquela região, dentro de suas normas de trabalho, não permite um livre trânsito dentro da área em que está construída a atual estrada, resultando daí, o desinteresse do Governo na sua conservação e melhoria.

Esse novo traçado servirá de escoadouro de considerável parte da produção agrícola dos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques, os quais, no momento, estão pessimamente servidos de estrada de rodagem.

Além disso, a utilidade dessa estrada para o futuro deve ser levada em conta, pois, opcionalmente, poderá ser transformada na rodovia principal de ligação dessas regiões, podendo servir de acesso para o Estado de Mato Grosso.

Por outro lado, as obras do complexo hidrelétrico de Itaipu podem ser apontadas entre os principais motivos para que se inicie de imediato a construção dessa nova rodovia.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Parecer ao Projeto de Lei número 94/76

1 — O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, objetiva seja integrado no Plano Rodoviário Estadual, em caráter prioritário, a construção e pavimentação de uma estrada ligando os municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marques e Cascavel, passando pelos distritos de Santa Lúcia, Alvorada D'Oeste, Cielito, Santa Maria e Santa Tereza.

2 — O projeto está amplamente justificado, comprovando a necessidade e conveniência de ser dado tratamento prioritário a essa obra rodoviária de grande importância, a qual integrará as regiões oeste e sudoeste do Paraná.

3 — Todavia, o projeto esbarra, quanto à sua iniciativa, em obstáculo constitucional intransponível. Com efeito, o artigo 35 da Constituição Estadual reserva, PRIVATIVAMENTE, ao Governador do Estado A INICIATIVA das leis que de qualquer modo autorizem, criem ou aumentem a despesa pública. Ora, a inclusão de determinada obra, em caráter compulsório, no Plano Rodoviário Estadual cuja elaboração é feita exclusivamente pelo Poder Executivo, dentro do seu programa de Governo, importa em aumento de despesa prevista.

4 — Nessas condições o nosso parecer é pela REJEIÇÃO do Projeto, por inconstitucional. Todavia, ao nobre autor do projeto, resta a alternativa de encaminhar o assunto ao Governo do Estado, como sugestão.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1977.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

EZEQUIAS LOSSO — Relator

**COMISSÃO DE FINANÇAS**

Parecer ao Projeto de Lei número 94/76

O projeto de lei número 94/76, de autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, tem por objetivo incluir no Plano Rodoviário do Estado, em caráter prioritário, a construção e pavimentação de uma estrada ligando os municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marques e Cascavel, passando por localidades que especifica.

Sobre a matéria houve o pronunciamento da douta Comis-



são de Constituição e Justiça, através do qual manifesta a inconstitucionalidade da matéria.

Diante desta argumentação, não cabe mais qualquer pronunciamento, nem mesmo a tramitação para as demais Comissões.

Assim sendo nos manifestamos CONTRARIAMENTE ao Projeto de Lei número 94/76, opinando-se pela sua REJEIÇÃO, e nos reservando para apoiar a matéria, caso o seu autor deseje encaminhá-la em forma de sugestão ao Chefe do Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de setembro de 1977.

(aa) QUIELSE CRISÓSTOMO — Presidente  
ARAGÃO DE MATTOS LEÃO — Relator

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Parecer ao Projeto de Lei número 94/76

De autoria do nobre Deputado Fidelcino Tolentino, o presente projeto de lei tem por finalidade a inclusão no Plano Rodoviário Estadual, para execução em caráter prioritário, a construção e pavimentação de uma estrada ligando os municípios de Capanema, Capitão Leônidas Marques e Cascavel, passando pelos distritos de Santa Lúcia, Alvorada do Oeste, Cielito, Santa Maria e Santa Tereza.

Embora o pronunciamento contrário das doudas Comissões de Constituição e Justiça e Finanças, temos que a matéria é perfeitamente pertinente, e visa dotar aquela progressista região de nosso Estado de vias de transportes e Comunicações, queremos nos manifestar favoravelmente ao Projeto de Lei número 94/76, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de abril de 1977.

(aa) FUAD NACLI — Presidente e Relator

O SR. DÁCIO LEONEL — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel.

O SR. DÁCIO LEONEL — Este projeto tem parecer contrário das Comissões. Pergunto a V. Exa., se a votação deveria ser de forma inversa.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Havendo um, dos pareceres favoráveis, e no caso este, dispõe do parecer favorável da Comissão de Obras Públicas, Terras e Colonização, a Presidência tem usado do expediente de não inverter a ordem dos trabalhos, razão pela qual, continua com a Ordem do Dia anunciando que sobre a mesa existe um requerimento do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, no seguinte teor: (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, com respaldo no Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, requer a prorrogação da presente sessão por 1 (uma) hora.

Sala das Sessões, em 15 de junho de 1977."

— Em votação o requerimento que acaba de ser lido. — APROVADO.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Augusto Carneiro, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Teodoro de Oliveira, ex-Prefeito Municipal de Campo Mourão. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando consagração nos Anais da Casa, voto de congratulações à FAB, pelo 46º aniversário do Correio Aéreo Nacional, a ser comemorado em data de 12 próximo. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine providências visando o revestimento da estrada que da BR-277 dá acesso

Teixeira Soares e Ponta Grossa. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, lido da tribuna, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário dos Recursos Humanos e Secretário das Finanças, assim como seja dado conhecimento do teor do essencial desta proposição à Direção dos Bancos do Estado do Paraná S/A., e Bamerindus do Brasil S/A., enfatizando a necessidade premente de ser dado cumprimento ao que estatuem as Resoluções Conjuntas número 2/75 e 4/75, das referidas secretarias, regulando os prazos de elaboração e processamento das folhas de pagamento dos funcionários do Estado. — Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, nos termos do Art. 150, do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final de diversos projetos. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para diversos projetos de resolução. — Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem). São todos convênios?

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni). — Todos convênios. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, solicitando regime de urgência para a Proposição número 351/77 — convênio firmado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado da Administração e o município de Paula Frontin. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando regime de urgência aos projetos de lei números 22/77 e 28/77. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lúcio Machado, lido da tribuna, em sessão anterior, solicitando sejam tomadas providências pela Secretaria de Segurança Pública, contra unidade do DETRAN da cidade de Joaquim Távora, tendo em vista denúncia formulada à Câmara Municipal do referido município, que funcionário do mencionado órgão estaria cobrando taxas indevidas. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante de expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, visando a inclusão dos distritos de Ibiaci e Vila Gandhi, localizados no município de Primeiro de Maio, no Programa de Expansão das Telecomunicações, com a instalação em ambos os sistemas de Monocanal. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante de expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de congratulações à Prosdócimo S/A., que recentemente, cedeu graciosamente as instalações do sub-solo de sua loja sita à Praça Tiradentes para abrigar a firma de Tecidos Urca que sofreu lamentável incêndio. — APROVADO, com os votos contrários dos Srs. Deputados Fidelcino Tolentino e Antônio Facci.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante de expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, solicitando seja enviado ofício à Delegacia Regional do Trabalho, encarecendo a presença de representantes da fiscalização trabalhista no município de Ubitatã, para inspecionar a situação dos trabalhadores municipais regidos pela CLT. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante de expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Segurança Pública, denunciando arbitrariedades policiais ocorridas no município de São Pedro do Paraná, e encarecendo imediatas providências. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante de expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja enviado convite, em nome desta Casa, ao Senador Teotônio Vilela, para que em data por ele escolhida, aqui compareça a fim de expor seu Projeto Brasil.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, lido da tribuna, em sessão anterior, solicitando seja encaminhado apelo aos Srs. Membros da Bancada Paranaense, no Congresso Nacional, no sentido da rejeição de dispositivo contido na Mensagem Governamental, que modifica a legislação sobre a Previdência Social e que autoriza o Serviço de Saúde a ser criado, a cobrar consulta médica na Previdência Social. APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados Luiz Gabriel Sampaio, Erondy Silvério e Dácio Leonel, para comporem a Comissão Especial, constituída para apreciar a Emenda Constitucional, proposta pelo Sr. Deputado Antônio Facci.— AO DEPARTAMENTO LEGISLATIVO — DIVISÃO DAS COMISSÕES, PARA ANOTAR.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à revista "VUP", pela passagem de seu primeiro aniversário de fundação.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações pela canonização de D. João Nepomuceno Neumann, Bispo de Filadélfia.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alfredo Gulin, lido da tribuna, solicitando seja enviado telex ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Fazenda, encarecendo adoção de medidas cabíveis para assegurar a permanência em atividade do BRDE, em função dos ótimos resultados da ação desse organismo regional de fomento econômico.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, com o apoio do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, para que seja providenciado pelo Estado ou juntamente com as Prefeituras de Mariluz e Alto Piquiri, a ponte que liga aqueles municípios.— APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, lido da tribuna, em sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Sr. Luiz Kamide, Prefeito de Goioerê, pela sua brilhante atuação, levando até o Sr. Governador do Estado, quando de sua estada em Campo Mourão, as reivindicações e anseios do povo do município que representa.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Para encaminhar a votação, o Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes.

O SR. FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É evidente que vamos votar favoravelmente ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, quando S. Exa. se congratula com o Prefeito Luiz Kamide, do Município de Goioerê.

E nesta oportunidade, queremos, além do anunciado pelo Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, com relação às obras reivindicadas por S. Exa. ao Governo do Estado, quando de sua instalação em Campo Mourão, queremos também aplaudir o referido documento por várias razões.

Inclusive pela continuidade de administração que vem sendo implantada naquele município, uma administração digna, uma administração honrada, uma administração eficaz, uma administração atuante, que o Prefeito Luiz Kamide vem implantando em Goioerê.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante de expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando voto de louvor à Imprensa Oficial do Estado do Paraná, pela implantação do sistema off-set no setor.— Em votação.

O SR. DÁCIO LEONEL — Pela ordem, Sr. Presidente, levanto apenas uma questão de ordem porque, na votação da matéria constante da Ordem do Dia, quando levantei uma questão de ordem, V. Exa. sumariamente a indeferiu.

Eu devo confessar, Sr. Presidente, que me conformei mas que não aceitei a decisão da Presidência.

Daí porque levanto a questão de ordem e, em outras ocasiões também agirei da mesma forma, com fundamentação no Art. 97 do Regimento Interno de que todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento, na sua prática, constituirão questão de ordem.

E que todas as questões de ordem claramente formuladas serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia, é que solicito um pronunciamento de V. Exa. tendo em vista o que dispõe o Regimento Interno em seu Artigo 160, § único, onde se lê:

A votação será feita de modo inverso se a proposição tiver recebido, dentre os Pareceres das Comissões, pelo menos um contrário à sua aprovação, ou quando não houver Parecer.

Então eu gostaria apenas que a Presidência fixasse um critério, se é o nosso entendimento do Regimento Interno, a fim de que não mais perturbemos em outras ocasiões.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazomi) — Sr. Deputado Dácio Leonel, a Presidência tem muito respeito pela inteligência e perspicácia do eminente e combativo parlamentar.

E a Presidência não indeferiu a questão de ordem levantada por V. Exa.

A Presidência justificou-a e a Presidência confessa, justificou-a de forma a que o Plenário já cansado dos debates havidos nesta Casa, pudesse votar volumosa matéria constante da Ordem do Dia.

É verdade, eminente Deputado, que há dias da semana passada, a Presidência observou que as 2 bancadas, do MDB e da ARENA, votaram numa votação inversa, colocada pela Presidência, matéria de igual teor, por unanimidade, favoravelmente.

Por esta razão a Presidência confessa: não cumprir o Regimento Interno, entendendo que a matéria não haveria de suscitar nenhuma divergência porquanto a iniciativa, e não cabe à Presidência ser polêmica ou objeto de qualquer diminuição ao esclarecimento do augusto Plenário se a mesma deixasse de observar aquele dispositivo.

Mas confessa também a Presidência, que é a primeira vez que tem usado desta liberalidade.

Quando uma das Comissões Técnicas houver se pronunciado favoravelmente, a Presidência em alguns casos, quando a matéria, volto a repetir, no entender da Presidência, não é polêmica, toma a liberdade de agir como agiu.

Mas reconhece a Presidência que na questão de ordem que V. Exa. levanta, V. Exa. tem toda a razão.

E a Presidência recebe a advertência e vai procurar, Sr. Deputado Dácio Leonel de Quadros, no futuro, cumprir o que o Parágrafo único do Artigo citado por V. Exa. não seja descumprido.

A Presidência deseja também comunicar, que recebeu das mãos do Sr. Secretário Luiz Gonzaga Pinto, titular da Secretaria da Indústria e Comércio, Mensagem Governamental 72/77, através da qual S. Exa. o Sr. Governador do Estado pretende instituir o Fundo Paranaense de Mineração, bem como

pretende a constituição da empresa Minerais do Paraná Sociedade Anônima, MINEROPAR.

A Presidência confessa que aguardava, esperava, o encerramento desta sessão, por volta das 16,30 horas como de praxe ocorre, para que aqui viesse S. Exa. e expusesse aos Srs. Deputados e à imprensa, toda a política de mineração do Estado do Paraná, e dissesse da necessidade e justificasse o anteprojeto de lei encaminhado pelo Executivo, capeando a Mensagem 72/77.

Como não fora possível satisfazer os Srs. Deputados no dia de hoje, o Sr. Secretário de Indústria e Comércio fica à disposição desta Casa para, em qualquer oportunidade aqui vir, para debater com os ilustres parlamentares, na presença da imprensa, o problema que nos parece de grande significado para o desenvolvimento do Estado do Paraná.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quinta-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução números: 07/77, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 64, 65, 66, 67, 71, 73, 74, 75, 78 e 98/77, e de Lei números 49 e 60/77;

2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei Número 94/76; e marcando ainda uma sessão ordinária para sexta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Resolução números 176/75, 08/77, 11/77, 13/77, 16/77, 17/77, 63/77, e de Lei números 60/75, 112/75 e 156/75.

Levanta-se a sessão.

#### EDITAL DE CHAMAMENTO NÚMERO 03/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, atendendo ao disposto nos termos do parágrafo primeiro do Art. 293, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, faz saber a HILDA Guiomar ARGUELLO, matrícula 452, ocupante do cargo de nível PL“23”, da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que tendo sido verificado o seu não comparecimento no serviço por trinta (30) dias consecutivos, fica pelo presente EDITAL DE CHAMAMENTO, pelo prazo de vinte (20) dias contados de sua primeira publicação, convidada a justificar devidamente o seu não comparecimento ou fazer prova de que o mesmo se funda em motivo de força maior ou coação ilegal sob pena de dispensa por abandono de cargo nos termos do Art. 293, da já citada Lei.

E, para que não alegue ignorância, é expedido o presente EDITAL DE CHAMAMENTO, que será publicado nos Diários da Assembléia e Oficial do Estado.

Gabinete da Diretoria Geral, em 16 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 505/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 4747, de 23 de maio de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

retificar a Portaria 457/77, de 01 de junho de 1977, para declarar que a mesma é a partir de 01 de maio de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 506/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

#### RESOLVE:

retificar a Portaria 458/77, de 19/04/77, que concedeu férias ao funcionário GABRIEL Q. S. DA SILVA FILHO, matr. 067, ocupante do cargo de nível PL“2” da Série de Classes de Advogado, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para declarar que as referidas férias é referente ao ano de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de junho de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 507/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5169, de 31/05/77, deste Poder,

#### RESOLVE:

autorizar a funcionária GLACYR ANDRADE DE OLIVEIRA, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei 6174, de 16/11/70, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento, de seus vencimentos, conforme solicitação do Diretor do Departamento Administrativo, no período de 01/04 a 31/12/77.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 508/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo protocolado sob o número 5179, de 31 de maio de 1977, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 637/76, a funcionária ELZA CARNEIRO CAMARGO, matr. 448, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 junho de 1977

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 509/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5321, de 02/05/77, deste Poder,

#### RESOLVE:

mandar pagar ao funcionário contratado deste Poder, JEAN VILLANAVE, setenta e sete (77) horas extras, referentes ao período de 01 a 30 de maio de 1977.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral

#### PORTARIA NÚMERO 510/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 5463, de 06/06/77, deste Poder,

#### RESOLVE:

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 637/76, ao funcionário ALBERTO SAVIOA ASSEF, matr. 147, ocupante do cargo de nível PL“27”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de junho de 1977.

FAUSTO LUIZ ABRY — Diretor Geral